

Revista

Socialismo & Liberdade

Junho de 2023

OS DESAFIOS
DO MUNDO DO
TRABALHO HOJE



Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco FLCMF Junho de 2023

Presidenta da FLCMF
Natália Szermeta
Diretor Financeiro da FLCMF
Stenio Matheus de Moraes
Diretora Técnica da FLCMF
Sara Azevedo
Conselho Curador da FLCMF
Luiz Araújo - Presidente
Aurea Augusta
Zeneide Nazaré
Haroldo Sabóia
Mário Azeredo
Marcelo Badaró
Honório Rêgo

Conselho Fiscal da FLCMF
Alexandre Varela - Presidente
Miguel de Carvalho
Leandro Tavares

Revista Socialismo e Liberdade

Editor-Chefe
Joselicio Junior

Sub-editor
Fernando Silva 'Tostão'

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Severino Souto Alves
Wendell Cristiano

Diagramação
WHIZZ e HPDesign

Organização
Ana Martins e Mariana Le Mener

Revisão
Dafne Melo

Secretariado
Rute Barbosa

Capa

Ilustração Luciano Salles

SUMÁRIO

Análise	Trabalho e subjetividade: a batalha dos sentidos e significados Marcio Farias	04
Sindicalismo	Sindicalismo hoje Marcelo Badaró	09
Trabalho Doméstico	10 Anos da “PEC das domésticas”: expectativas frustradas e aprofundamento da superexploração Cristiane Sabino	12
Negras e Negros	Desigualdades de gênero e raça evidenciam racismo estrutural Luciana Araújo	16
Lgbtqiapn+	Onde estão as trabalhadoras e trabalhadores trans? Linda Brasil	20
Trabalho Escravo	Trabalho escravo - a radicalidade do neo-liberalismo e as consequências da superexploração do trabalho Dennis de Oliveira	24
Previdência	O mercado de trabalho, os trabalhadores e a Previdência Social Ana Izabel Jordão	26
Entrevista	Ruy Braga: “Hoje o epicentro é o mundo do trabalho nas ruas”	30
Cultura	Dicas	40
Poesia	Depoimento de um sem teto Edson Luiz	41

EDITORIAL

© Wendell Cristiano

Esta edição traz um esforço de reflexão sobre o mundo do trabalho hoje e os principais desafios de organização da classe trabalhadora. O termo “mundo do trabalho” abarca uma multiplicidade complexa de ocupações que obviamente uma revista não dá conta de tratar ou mesmo aprofundar. Portanto, nossa perspectiva é de ponto de partida para provocar um debate que consideramos crucial para a esquerda socialista.

O capitalismo está passando por mudanças muito significativas e no seu atual estágio, o neoliberalismo, observamos um processo de financeirização da economia, de avanço tecnológico, e a mercantilização de todas as relações cotidianas ancoradas numa ideologia de competitividade e individualismo que muitas vezes encontra expressão em ideologias fascistas.

Dentro desse processo são perceptíveis as transformações na ocupação profissional, em que a possibilidade de um emprego formal, assalariado e com carteira assinada vem se tornando cada vez mais restrita e o caminho para o acesso a uma renda mínima que garanta a sobrevivência é cada vez mais precário.

Temos visto como essa transformação do capitalismo que produz a ampliação da riqueza de uma minoria e amplia a miserabilidade de uma maioria necessita de uma forma política conservadora e reacionária para garantir sua reprodução. No Brasil, isso ficou explícito no golpe de 2016 contra a Presidenta Dilma que levou Michel Temer ao poder e abriu espaço para a realização de uma reforma trabalhista com retirada de direitos e o congelamento dos gastos públicos. Na sequência, no governo de Jair Bolsonaro, foi realizada a reforma da previdência.

Mesmo com o Governo Lula, temos visto a dificuldade de romper



com a lógica da política de austeridade, o quanto as pressões do grande capital se fazem presentes, e o papel de um Congresso conservador que atua de forma contundente para manutenção dos interesses das elites. Isso nos traz grandes desafios no próximo período.

Diante desse cenário, como apontou o professor Ruy Braga, o epicentro do mundo do trabalho não é mais o chão da fábrica, e sim as ruas, e uma classe trabalhadora cada vez mais pulverizada e precarizada. Mesmo reconhecendo a importância das formas tradicionais de organização da esquerda, como os sindicatos, por exemplo, verificamos que as formas tradicionais tornam-se insuficientes diante das novas configurações do mundo do trabalho.

Nesse sentido, a organização nos territórios, as lutas urbanas por moradia digna, pelo direito à cidade, as formas de construção de identidades coletivas por meio da cultura, os trabalhos comunitários,

as igrejas, a organização das mulheres, o movimento negro, movimento LGBTQIAPN+ ganham cada vez mais relevância como polos de resistência e de possibilidade de organização da classe trabalhadora.

Não existe uma fórmula pronta, mas é essencial construirmos um diagnóstico que nos permita pensar os instrumentos mais adequados para atuarmos em uma sociedade cada vez mais complexa.

Para além das disputas institucionais temos uma batalha ideológica gigante. Precisamos disputar o imaginário da classe trabalhadora, explicitar as contradições e limites desse modelo de sociedade que só ampliam as desigualdades e a degradação da nossa condição humana, apresentando saídas alternativas concretas e objetivas que transforme essa realidade. ■

**Uma ótima leitura.
Saudações socialistas!
Natália Szermeta**

TRABALHO E SUBJETIVIDADE: a batalha dos sentidos e significados



Marcio Farias

Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP, Membro do Nutas (Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Trabalho e Ação Social), Professor Convidado do Celacc ECA-USP, Coordenador da Coleção Clóvis Moura - Editora Dandara

A reunião

A importante vitória do Partido dos Trabalhadores em 2022, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, foi um alento frente ao que significaria a permanência por mais quatro anos de Jair Bolsonaro no poder. Com a tarefa de reconstrução nacional, Lula montou uma base ministerial que refletiu a política de frente ampla adotada ao longo da campanha, mesclando acenos às alianças que o trouxeram pela terceira vez ao poder, representantes de pautas contemporâneas da sociedade civil organizada, bem como, por óbvio, a base petista, que com 17 das 37 cadeiras¹, assumiu os postos chave para a execução das tarefas do governo.

Dentre as pastas estratégicas, Lula trouxe para o Ministério do Trabalho o sindicalista da velha guarda Luiz Marinho, que já ha-

via sido o titular desse ministério em sua primeira gestão. Apoiado numa trajetória política como liderança sindical, o ex-presidente do PT e ex-prefeito de São Bernardo do Campo mal tomou posse e já seguiu o receituário que se esperava dele frente ao posto que ocupa: realizou um conjunto de reuniões com as principais centrais sindicais e lideranças do movimento de trabalhadores de diversos ramos de atuação para ter um diagnóstico sobre o conjunto de reivindicações pautadas pelos setores organizados dessas frações de classe. Entre as diversas reuniões, no dia 19 de janeiro, Marinho promoveu o encontro entre as centrais sindicais e os representantes dos motoboys e dos trabalhadores por aplicativo. Na ocasião, comentou em suas redes

Paralisação dos entregadores de aplicativo na praça Charles Miller, Pacaembu: maioria dos entregadores trabalha de forma isolada e sem uma estrutura sindical

sociais: “Sei das diversas opiniões que existem entre essas categorias e elas serão levadas em consideração. Nosso empenho será para garantir a empregabilidade com remunerações justas e proteção social. Tudo construído com muito diálogo em um processo tripartite”².

Dentre as lideranças que participaram dessa rodada de conversas, esteve presente Paulo Roberto da Silva Lima, mais conhecido como Paulo Galo, militante que se notabilizou pela liderança do Breque dos Apps, em 2020, manifestação grevista dos trabalhadores de aplicativos por melhores condições de trabalho. Na reunião em questão, Galo, diante das velhas e novas lideranças presentes - sendo ele representante da nova geração -, apontou para o desafio de se pensar uma unidade sindical que leve em consideração não só as diferentes reivindicações, mas, sobretudo, a atenção sobre as novas condições de trabalho em que estão inseridos os motoboys e trabalhadores de aplicativos: “(...) a questão desses trabalhadores de não se sentirem representados pelas centrais sindicais tem muito mais a ver com a falta de disputa que as centrais não querem fazer. É preciso fazer uma disputa com esses trabalhadores. A gente tem uma outra noção de trabalho agora. O trabalho que era físico passou a ser líquido com a terceirização, e agora com a uberização passa a ser gasoso. (...) Como é que você dialoga com um entregador que está passando a 80 km por hora na rua, e quando ele para, para pra comer um cachorro quente por 5 minutos (...) às vezes falta a vontade de disputar esse trabalhador (...)”³

Galo indica, assim, que há, portanto, uma batalha a ser enfrentada, mas sob determinadas circunstân-



cias: uma nova situação do trabalhador no mundo do trabalho.

A situação

A situação social em que o atual governo assume a presidência é ainda reflexo da crise econômica, social e política que assola o Brasil desde 2014 e que se estendeu até as eleições de 2022, apresentando três grandes aspectos: o primeiro diz respeito ao fim do pacto social estabelecido pela conciliação de classes das gestões petistas em que todas as frações do capital e do trabalho, em tese, ganharam. O segundo aspecto diz respeito ao novo pacto das frações internas do capital com o grande capital internacional que exigiu de seus representantes políticos uma atuação austera e coercitiva, dando ao Estado feições bonapartistas de modo a garantir a acumulação. O terceiro diz respeito à fraca contra hegemonia dos atingidos pelo golpe, o que possibilitou ao capital redesenhar a planta produtiva e a regulação das relações sociais de produção sem grandes entraves até o momento.

Essa nova onda neoliberal abre um período de associação entre algumas frações da burguesia interna e o conservadorismo político, com traços autoritários, representado pela chegada de Jair Bolsonaro ao poder. Esse novo ciclo representou a objetivação de um desempenho político da nova direita mundial, que

busca uma espécie de alinhamento internacional. Estruturalmente, ainda estamos diante de uma forma atual da antiga relação de dependência e subserviência de alguns setores da burguesia interna ao capital internacional e em sua disputa pela consolidação do novo bloco no poder. Associa-se a esse movimento uma nova forma política, uma espécie de internacional da ultra direita no mundo, sendo o Brasil uma das sucursais mais proeminentes desse movimento global (Lima, 2023).

O corolário de derrotas para a classe trabalhadora nesse contexto foi a consolidação da reforma trabalhista e, posteriormente, da reforma da previdência. Ambas efetivaram um novo cenário de desproteção aos que vivem do trabalho. Soma-se, ainda, a PEC 241, que limitou os gastos públicos do governo por 20 anos. São esses, portanto, os parâmetros dessa nova configuração da luta de classes no Brasil, na medida em que as relações sociais de produção passam a ter na sua composição uma massa de trabalhadores sem proteção social, informais e terceirizados em quase todos os setores da economia.

E quem são esses trabalhadores? Em termos gerais, o que as pesquisas sobre a riqueza e a miséria do trabalho no Brasil tem mostrado é que, em grande medida, os trabalhos informais e precários estão

O encontro entre trabalho superexplorado, cidadania mutilada e violência direta e indireta das elites por meio do Estado explicitaram a particularidade do capitalismo brasileiro

sendo realizados por uma maioria negra. Sendo assim, é possível argumentar que a correlação entre trabalho e capital no Brasil está lastreada pela ideologia do racismo.

Na gestão de Bolsonaro, o rei ficou nu: as vítimas da fome, os condenados da terra eram, em sua imensa maioria, negros e negras. O encontro entre trabalho superexplorado, cidadania mutilada e violência direta e indireta das elites por meio do Estado explicitaram a particularidade do capitalismo brasileiro e essa é a situação em que se encontra a classe trabalhadora no momento em que o Partido dos Trabalhadores volta ao poder em 2023.

A batalha

Na reunião de janeiro sobre as condições de trabalho no Brasil, Luiz Marinho era a representação da forma tradicional de organização sindical em diálogo com um novo representante desse trabalhador contemporâneo. Há uma certa esquerda que considera o trabalhador conscientizado aquele que está organizado em sindicatos para a luta específica e em um partido para a luta geral. Numa primeira aproximação, essa operação faz sentido, pois as configurações históricas e suas estruturas determinam, em última instância, as condições de

reprodução social da vida. Nesse sentido, a divisão social do trabalho é um processo essencialmente dinâmico e condicionado pelo modo de produção - nesse caso o capitalista e dependente - sustentado pelo desenvolvimento de forças produtivas específicas. É na divisão social do trabalho que opera o processo por meio do qual se concretiza a produção, a apropriação, as relações sociais de produção e as possibilidades de consciência da situação social da vida. Seguindo essa linha de análise, tal como Ricardo Antunes (2018) nos alerta sobre a nova morfologia do trabalho e a importância do proletariado dos serviços, ou como Ruy Braga nos indicava sobre a revolução passiva dos subalternizados e sua inquietação traduzida em luta por cidadania, a orientação é repensar os sindicatos e os partidos. (Braga, 2012). A questão é: como?

Na reunião acima mencionada, o recado de Paulo Galo de reorientação dos sindicatos, partidos e do governo dos trabalhadores foi para Luiz Marinho. Agora, há um hiato a ser sanado: como os sindicatos e partidos disputarão a consciência desse trabalhador e como será possível um espaço de organização permanente para esse setor da classe?

Uma pista talvez esteja na reconstituição biográfica da lideran-



ça que convocava para a batalha: como foi possível a emergência de Paulo Galo? Ele é o representante da classe cuja posição social, em tese, possui dificuldades para sua tomada de consciência crítica. O contexto histórico de suas ações no mundo é de uma nova razão empreendedora, lastreada pelo neopentecostalismo, o consumismo inveterado, as redes sociais e o individualismo exacerbado. Como dar sentido e significados coletivos para a atual classe trabalhadora? Paulo Galo, por exemplo, não vem de tradição sindical, nem da militância partidária, sua forte base argumentativa, boa oratória, repertório e capacidade de organização se remetem à sua inserção no movimento Hip Hop.

Pois bem, Clóvis Moura (1983) e Lélia González (2018) já alertavam sobre a necessidade de justapor, com a devida densidade, trabalho, cultura e arte para o entendimento da experiência da classe trabalhadora brasileira. Já que no Brasil o capitalismo tem na superexploração uma determinação geral, e no racismo e no heterossexismo seu corolário ideológico, como demonstra respectivamente Cristiane Sabino (2022) e Bárbara Araújo (2020), quais são as formas de tomada de consciência entre os condenados da terra? Ora, o ser social e as suas múltiplas experiências não se definem apenas pela posição em que o sujeito ocupa nas relações de produção. A relação entre “as determinações não econômicas” são perspectivas importantes, na medida em que as formas de consciência forjadas no cotidiano dos trabalhadores, em especial nos espaços de associação e trocas culturais, foram e continuam sendo mediações em que a crítica do modo de vida pode emergir. Essa é uma das contribuições do

Entrega por aplicativo: entregadores recebem menos do que o salário mínimo, gerando insegurança financeira

historiador inglês E.P. Thompson (1998) que com sua noção de economia moral e vivência pode nos ajudar a refletir sobre a relação entre a particularidade brasileira e as formas de consciência política. Em especial o tema do trabalho, da cultura e da política, na medida em que nos faz atentar para a existência de um duplo estatuto da cultura proletária: de um lado, a resignação ao que lhe é imposto pelas classes dominantes, quase sempre necessária para a sobrevivência enquanto classe trabalhadora, mas, por outro, a experiência comum, partilhada pelos seus companheiros de trabalho, seus vizinhos de bairro, seus irmãos de culto, que vivenciam a mesma experiência de exploração, repressão e injustiça, expondo, assim, ao nomear essas situações nos espaços comuns, o campo de significados e sentidos de maneira crítica, o que, em algumas circunstâncias pode levar à revolta.

A história brasileira está repleta de exemplos em que a posição do sujeito nas relações sociais desdobrou-se em formas culturais de resistência, como ocorreu na Revolta dos Malês, Canudos, Contestado, Revolta dos Marinheiros e Revolta da Vacina. Isso porque na experiência cotidiana, sobretudo no capitalismo racial brasileiro que cria paredes de vidro e muros intransponíveis para frações inteiras das classe trabalhadora, forjou-se uma relação entre subjetividade e realidade objetiva em que os espíritos inquietos expiaram suas dores, louvores, projeções e idealizações por meio da cultura e da arte, não só como sublimação ou entretenimento, mas como mediação cultural para a revolta.

Uma pista para entender as conexões entre trabalho, cultura e política contemporaneamente é a reflexão proposta pelo sociólogo Felipe Oliveira Campos em seu livro *Rap, cultura e política: Batalha da Matrix e a estética da superação empreendedora* (2020). Nesse volume, Campos aponta para uma relação entre essas

novas experiências de frações da classe trabalhadora e seus reflexos em uma forma cultural e artística que via na ascensão empreendedora e no consumo uma possibilidade para mitigar os flagelos que marcaram sua experiência de superexploração e de humilhação social do capitalismo racial brasileiro.

O autor aponta, por exemplo, a posição social do público frequentador da Batalha da Matrix, duelo de MCs que fazem rimas improvisadas na Praça da Matriz (onde fica a Igreja Central de São Bernardo do Campo), organizada desde maio de 2013. As batalhas reúnem em média em torno de mil pessoas por encontro todas as terças-feiras, sendo a maioria negra, aponta Campos. Em relação às ocupações, “praticamente a totalidade das profissões [dos frequentadores] compõe o campo dos serviços”. Em termos de salário, tanto os trabalhadores informais como os formais - em sua maioria na condição de trabalhadores precarizados - a média salarial era de um salário mínimo.

Ou seja, na cidade onde Lula e Luiz Marinho forjaram sua trajetória, cenário no qual se formou politicamente o ex-operário que comanda o país, é o trabalhador jovem, negro, precário e informal que volta a ocupar as ruas e, por meio da estética, busca alcançar seu novo horizonte. É ali, nesses espaços de associação cultural e artística, que os “Paulos Galos da Vida” emergem. No caso de Paulo Galo especificamente, como o próprio já contou em relatos sobre sua vivência, a sentença se confirma: foi no movimento Hip Hop que ele tomou consciência política do seu pertencimento de classe. Experiência análoga à do deputado estadual do Paraná, Renato Freitas (PT), que também se forjou enquanto sujeito a partir do Hip Hop. Segundo ele, em entrevista recente, foi o rap que lhe deu as chaves para interpretação do seu pertencimento racial e de sua posição de classe (Souza, 2023). A

pesquisa de Campos é, nesse sentido, uma síntese qualificada entre a sociologia do trabalho e os estudos culturais e, por isso, nos dá algumas pistas sobre como operar na batalha das ideias com o atual trabalhador urbano, pauta cobrada por Galo na reunião entre ministério e lideranças. Essas pistas dizem da relação entre cultura e política e das novas configurações de trabalho, tão bem analisadas pela sociologia do trabalho. O que se aponta com esse trabalho de Campos é que há uma dialética entre a vivência, os signos e significados. A dimensão subjetiva dessa experiência elaborada se deu em torno da saída empreendedora que era, diante das respostas imediatas que se apresentavam a esse sujeito, uma possibilidade de mitigar seus flagelos. Não havia apenas sujeição, mas uma agência diante das circunstâncias dadas.

No entanto, não é a consciência que determina o ser, mas é o ser que determina a consciência. Ainda que a forma apresentada pelos frequentadores da Batalha diga sobre a integração por meio do consumo e da ascensão econômica, eles continuam sendo trabalhadores, em sua maioria negros, na condição de informais ou trabalhadores precarizados. Ocupam uma praça pública, e isso faz emergir um campo de tensão com a classe média e as elites do entorno da Igreja que, em conluio com o clero local, conclamam o Estado a intervir, por meio da polícia, para coibir o som alto e as práticas sociais por eles indesejadas.

Assim, essa juventude negra e trabalhadora, no processo histórico, teve de lidar, num segundo momento, com a ação conservadora de outros setores e classes sociais e enfrentar o Estado para manter sua prática cultural. Daí a necessidade de compreensão mais ampla sobre o funcionamento da sociedade, pois tiveram de fazer articulações com outros agentes culturais e políticos da região, com outros setores, com demandas distintas

da sua, mas com o mesmo inimigo em comum. Foi preciso se articular com agentes públicos, parlamentares progressistas e com o sistema de justiça. A batalha agora não era só entre os MCs, mas também com as forças de repressão do Estado. Precisaram ter ampla capacidade de argumentação, negociação e confronto com as forças da ordem e com as demais classes sociais que os viam como perigosos. Diante da sua ação cultural, mudaram o mundo que os circunda, mas também mudaram enquanto sujeitos: reconhecem-se enquanto agentes culturais e agentes políticos,

O ponto a ser analisado, portanto, é sobre a consciência *em si* e *para si* da classe. Se a consciência está o tempo todo se modificando diante das circunstâncias da vida, o campo da cultura e da arte é justamente o campo aberto de possibilidades em que os sentidos do indivíduo se encontram com os significados do grupo. A afirmação da cultura e da política como campo de possibilidade para a batalha das ideias aponta, portanto, para a superação do trabalhador apenas numa leitura finalística. Implica, assim, numa mirada mais complexa da vida desses sujeitos que vivem em algum lugar, têm amigos, frequentam determinados espaços.

E talvez aqui a análise do capitalismo racializado como determinação geral deve ser considerada chave de reflexão sobre os motivos pelos quais historicamente os negros e negras vindos dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora fizeram lutas. Justamente pela condição informal e precária em que estavam inseridos nas relações sociais de produção, as formas políticas que derivam desses grupos foram diversas: associações, clubes, frentes ou a luta por cidadanias a partir dos movimentos de moradia, saúde e dos movimentos culturais, em geral liderados por mulheres negras. Ou seja, ao longo da história, as condições de informalidade e precarização não impediram o surgimento de lutas sociais. ■

- 1 Ver nota do Diretório do Partido dos Trabalhadores sobre os 100 primeiros dias de governo. Nota do Diretório Nacional do PT: 100 dias de reconstrução do Brasil. Disponível em: <https://pt.org.br/nota-do-diretorio-nacional-do-pt-100-dias-de-reconstrucao-do-brasil/> Acesso em: 30 abr. 2022).
- 2 Parte do texto que Luiz Marinho escreveu sobre essa reunião em suas redes sociais.
- 3 Transcrição da fala de Paulo Galo em sua participação na reunião com o ministro do Trabalho disponível em sua rede social.

Referências:

- Antunes, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Araújo, Bárbara. A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1979- 2000): uma abordagem a partir da teoria da reprodução social. Tese. (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2020.
- Braga, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- Campos, Felipe Oliveira. Rap, cultura e política: Batalha da Matrix e a estética da superação empreendedora. São Paulo/ Porto Alegre: Hucitec, 2020.
- González, Lélia. Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana, 2018.
- Lima, João Gabriel. "A internacional da ultradireita: cresce o intercâmbio entre os partidos radicais no mundo - e o bolsonarismo está nesse mapa". Revista Piauí, ed. 199, abr. 2023.
- Moura, Clóvis. As Raízes do Protesto Negro. São Paulo: Dandara, 2023.
- Sabino, Cristiane. "Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil". Germinal: Marxismo e educação em Debate, v. 14, n. 2, p. 33-55, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49530>.
- Souza, Renato. "O rap me salvou e me preparou para a guerra". Entrevista concedida a Oliveira, Gercyane. Jacobin Brasil, 10 maio 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/02/o-rap-me-salvou-e-me-preparou-para-a-guerra/>.
- Thompson, E.P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SINDICALISMO HOJE



Marcelo Badaró Mattos

Professor de História da UFF, membro do Conselho Curador da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco.

A força e a importância dos sindicatos estão sendo reafirmadas a cada dia, diante dos nossos olhos. Na França, já foram mais de uma dezena de grandes jornadas nacionais de luta contra a reforma que retira direitos previdenciários, desde janeiro, com greves e manifestações em todo o país, reunindo milhões de pessoas em cada uma delas¹. No Reino Unido, uma onda de greves iniciada em meados de 2022 segue em curso, com paralisações de trabalhadores do transporte, da educação, e do sistema de saúde pública, entre várias outras categorias. Às greves se somam manifestações públicas, con-

vocadas por um movimento amplo (Enough is Enough), contra a elevação do custo de vida e a defasagem salarial (Engelhardt, 2023). Papel semelhante tem desempenhado o movimento Vida Justa!, em Portugal, reunindo moradores das periferias das grandes cidades e trabalhadores em geral contra o aumento de preços da habitação e a favor da reposição salarial frente à alta inflacionária. Lá também, greves de trabalhadores de transportes e da saúde pública têm acontecido desde 2022 em maior número e os profissionais de educação, mobilizados por um sindicato independente (STOP), estão à frente das

maiores paralisações nacionais em muitos anos¹. Na Alemanha, a maior onda de greve da última década está tendo lugar em 2023, com protagonismo de trabalhadores de transportes, servidores públicos e pessoal dos correios, gerando enlances interessantes entre sindicatos e os movimentos da “Greve pelo Clima” e da “Greve Internacional de Mulheres”.

Pode-se argumentar, com razão, que os sindicatos estão reaparecendo na cena pública em um momento de retirada de direitos – todas as greves e manifestações multitudinárias francesas não foram suficientes para derrubar a reforma previdenciária imposta aos franceses pelo governo Macron – precarização contínua das relações de trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora, com perdas inflacionárias não repostas aos salários. A resposta necessária a essa argumentação é: como estaríamos, frente à ofensiva do capital, sem essa resistência dos sindicatos? Com certeza não estaríamos melhor.

Outro argumento é que os exemplos aqui citados são de países europeus, com longa tradição sindical



Centrais sindicais comemoram no Vale do Anhangabaú, na cidade de São Paulo, o dia das trabalhadoras e trabalhadores. O lema em 2023 foi “Emprego, Renda, Direitos e Democracia”.

e relativa estabilidade democrática (ainda que a violência da repressão às lutas da classe trabalhadora também se faça visivelmente presente por lá, como o caso francês não se cansa de demonstrar). E como se posiciona o “Sul Global”, em meio a uma precariedade estrutural das relações de trabalho e tradições assentadas na repressão estatal/do capital a todas as lutas da classe que vive do próprio trabalho? Um bom exemplo de como, também nessas situações, os sindicatos ainda fazem diferença pode ser encontrado na Índia, país em que mais de 90% de trabalhadores(as) estão na informalidade e à frente do Estado encontra-se um governo de extrema-direita que não hesita em usar as armas da repressão política. Mesmo em um quadro a princípio tão desfavorável, as organizações sindicais têm sido capazes de mobilizar trabalhadores informais (não sindicalizados), ano após ano, realizando grandes greves gerais que paralisam pelo menos 200 milhões

Educação sucateada, aposentadoria ameaçada, desemprego, corrupção e o despreparo do governo Bolsonaro resultaram em uma Greve Geral no país, em 14 de junho de 2019

de pessoas de cada vez (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023).

Como situar o sindicalismo brasileiro nesse quadro conjuntural internacional? Certamente estamos longe de assistir a uma ascensão de lutas sindicais e greves por aqui. A última onda ascendente de greves no país ocorreu entre 2013 e 2016, sendo a greve geral de 2017 o último movimento nacional relevante protagonizado pelos sindicatos no país. As 1067 greves registradas pelo Dieese em 2022, correspondem a cerca de metade do número de greves contabilizadas em 2016 (Dieese, 2023). A situação política profundamente adversa para a classe trabalhadora, aberta com o golpe de 2016 e aprofundada no governo neofascista de Jair Bolsonaro (PL), explicam parcialmente a situação. Além disso, o quadro de precarização estrutural das relações de trabalho no país também tem peso expressivo na dificuldade de mobilização pelos sindicatos. Afinal, se o mercado de trabalho brasileiro atualmente comporta 8,8% de desempregados na população ativa, 3,5% de desalentados (desempregados que desistem de procurar emprego) e 39% de trabalhadores informais, a parcela da força de trabalho empregada formalmente e, portanto, passível de ser representada pelos sindicatos, nos limites estreitos da lei, é minoritária (IBGE, 2020). Além disso, a taxa de sindicalização vem sofrendo uma queda contínua nos últimos anos: em 2019 apenas 11,2% da população ocupada estava filiada a sindicatos (Outras Mídias, 2020).

Após a derrota eleitoral de Bolsonaro e o início do governo Lula, eleito a partir de pautas populares, é de se esperar que as condições para a luta sindical melhorem significativamente no país. Para tanto, porém, não basta a melhoria do ambiente político, sendo necessária uma significativa alteração das práticas sindicais. Algumas das situações internacionais comentadas no início desse artigo podem apresentar pistas para essa renovação do sindicalismo por



© Rovena Rosa/Agência Brasil

aqui, embora não existam fórmulas infalíveis para isso.

Diante da precariedade dominante no mercado de trabalho, é fundamental que o sindicalismo brasileiro vá além da necessária representação dos trabalhadores formalizados em suas pautas econômicas e seja capaz de envolver desempregados e informalizados em movimentos amplos. Para isso, é necessária uma pauta de luta pela revogação das (contra) reformas do período pós-golpe de 2016 – especialmente as reformas trabalhista e previdenciária, além da liberação geral das terceirizações – e a defesa de saídas políticas para o desemprego e a precariedade, como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e programas de obras públicas que gerem empregos. Nesse último campo, é preciso ter em conta que a precariedade para a classe trabalhadora se dá não apenas no mercado de trabalho, mas também nas suas condições de reprodução como força de trabalho. Condições de vida relacionadas à habitação, saúde e educação demandam investimentos públicos em larga escala, revertendo a “austeridade fiscal” e as privatizações que marcaram a lógica da atuação dos últimos governos. O enorme desafio à humanidade posto pela crise climática, também exige intervenções do Estado em larga escala, por meio do reflorestamento e da transição energética, entre outras medidas, que devem ser parte da pauta sindical, gerando “empregos pelo clima”. Apoiar o governo Lula em todas as medidas que se mostrem positivas nessa direção, exigirá, também, a autonomia das organizações para criticar suas ambiguidades e exigir avanços mais profundos.

Para levar adiante essas lutas, os sindicatos são fundamentais, mas sozinhos serão insuficientes. Durante as fases mais agudas da pandemia de covid-19, vimos como a capacidade de auto-organização das parcelas mais precarizadas da classe foi fundamental para garantir, com base em movimentos de soli-

dariedade social, cuidados mínimos necessários, como alimentação e medidas sanitárias. À frente dessas iniciativas, estiveram movimentos sociais tradicionais, como o MST e o MTST, mas também uma enorme rede de associações comunitárias, movimentos de mulheres, jovens estudantes e comunicadores periféricos, além de novas articulações do movimento negro, entre outros. Um sindicalismo capaz de articular-se a esses movimentos, em frentes unificadas de luta por pautas comuns ao conjunto ampliado da classe, só terá a ganhar, beneficiando-se da vitalidade dessa nova militância, assim como aprendendo com seus métodos de mobilização e intervenção.

Os desafios são imensos, mas não podemos fugir de enfrentá-los, porque o grau de destrutividade social do capitalismo atual não nos deixa margem de escolha. ■

1 Informações sobre o movimento dos profissionais de educação em Portugal podem ser encontradas na página do Sindicato STOP <https://sindicatostop.pt/>. Sobre o Vida Justa, ver <https://vidajusta.org/>.

Referências:

- Dieese. Estudos & Pesquisas, n. 104, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq104Greves.html>
- Engelhardt, Anne. “O retorno do movimento dos trabalhadores”. Esquerda Online, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/04/04/o-retorno-do-movimento-dos-trabalhadores/>
- IBGE. Pnad Contínua: taxa de desocupação é de 8,8% e taxa de subutilização é de 18,9% no trimestre encerrado em março. 28 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36778-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-8-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-18-9-no-trimestre-encerrado-em-marco>
- Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “A condição da classe trabalhadora na Índia”. Dossiê 64, 1 maio 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-64-condicao-classe-trabalhadora-india/>
- Outras Mídias. “IBGE retrata esvaziamento dos sindicatos”. 31 ago. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/ibge-retrata-esvaziamento-dos-sindicatos-no-brasil/>

Se o mercado de trabalho brasileiro atualmente comporta 8,8% de desempregados na população ativa, 3,5% de desalentados e 39% de trabalhadores informais, a parcela da força de trabalho empregada formalmente, passível de ser representada pelos sindicatos, é minoritária



10 ANOS DA “PEC DAS DOMÉSTICAS”: expectativas frustradas e aprofundamento da superexploração



Cristiane Sabino

Doutora em Serviço Social. Docente na Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC). Autora do livro *Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente* (Hucitec 2020).

O trabalho doméstico continua sendo realizado majoritariamente por mulheres. Apesar da EC-72, a crise econômica agravou as condições dessa profissão

Em 2023 completaram-se 10 anos da aprovação da Emenda Constitucional (EC) n. 72, consolidação da chamada “PEC das Domésticas”, regulamentada em 2015 pela Lei Complementar n. 150. Com a EC 72, as trabalhadoras domésticas passaram a ter os mesmos direitos legais das demais categorias de trabalhadores no Brasil: jornada de trabalho de 44 horas semanais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, estabilidade para a gestante, entre outros.

No entanto, as expectativas de melhoria frustraram-se pelo aprofundamento da crise do capital e as respostas por parte do Estado que oneram a classe trabalhadora. À PEC do “Teto dos Gastos” (EC 95/2016), à Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e à Reforma Previdenciária (EC 103/2019), somaram-se a crise sanitária da pandemia de covid-19, as tendências de aumento do desemprego e da informalidade. Assim, a perda de renda e o empobrecimento intensificaram-se e as mudanças esperadas pela “PEC das Domésticas” não vieram. Ao contrário, em 2023 vemos a continuidade da subalternização, da negação de direitos e estatísticas muito parecidas ou piores quando comparadas a 2013.

Passados dez anos, a sentença de Hirata e Kergoat (2007) de que com relação aos direitos das mulheres “tudo muda, mas nada muda”, acompanha a situação das trabalhadoras domésticas no Brasil. Um aparente paradoxo que, em vista do processo histórico, revela uma sociedade calcada na superexploração da força de trabalho e na transferência para as mulheres, sobretudo as negras, dos custos de reprodução da força de trabalho que os baixos salários não podem sustentar.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, sistematizados pelo Dieese (2023) revelam as mudanças que colocam as trabalhadoras domésticas no mesmo lugar histórico na economia e na sociedade brasileira. Em 2013 eram 5,8 milhões de trabalhadoras/ es domésticas/ os remuneradas/ os , o mesmo número em 2022. No perfil de gênero e raça vê-se o aumento da participação de mulheres negras como maioria no Trabalho Doméstico Remunerado (TDR), sendo 91,4% mulheres; 67,3% negras e 32,7% não negras. A tendência de baixa escolaridade permaneceu e 63,5% não tinham ensino médio completo em 2022. Outro aspecto importante é o envelhecimento das trabalhadoras domésticas: em 2022, 49,2% estavam na faixa etária acima de 45 anos, contra 37,4% em 2013. Outros muitos dados, que podem ser consultados no relatório do Dieese, mostram que aumentou o percentual de trabalhadoras domésticas na situação de pobreza e extrema pobreza, com incidência maior entre as negras; a formalização do trabalho, bem como a contribuição previdenciária tiveram quedas, sobretudo após 2019. Mais trabalhadoras saíram da condição de mensalistas (passando de 62,5% em 2013 para 56,5% em 2022) para a de diaristas (37,5% em 2013 e 43,6% em 2022); o rendimento médio não teve nenhum aumento significativo e as trabalhadoras domésticas seguem com uma renda média correspondente a 47% da média das mulheres ocupadas com carteira assinada, sendo mais desigual em relação às trabalhadoras domésticas negras que recebem apenas 38% da média total.

A Emenda Constitucional n. 72 e a Lei Complementar 150/2015 são um marco histórico, o reconhecimento legal de uma categoria historicamente subalternizada. Frutos de uma longa jornada de lutas das trabalhadoras domésticas iniciada por Laudelina de Campos Mello, com a criação da Associação dos Emprega-

dos Domésticos de Santos, em 1932, e seguidas na contemporaneidade por organizações como a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos. Lutas que, no contexto de discussão da PEC, suscitaram reações elitistas, racistas, sexistas e profundamente alienadas em uma Nação que normalizou, como a mais natural das relações, a existência de mulheres, sobretudo negras, disponíveis para a execução das tarefas reprodutivas vinculadas ao trabalho doméstico, remunerado ou não.

Entre os argumentos contrários à PEC estava o do aumento do preço do trabalho doméstico num contexto de empobrecimento das famílias, o que inviabilizaria a contratação de trabalhadoras domésticas de acordo com a lei, prejudicando as famílias de classe média. E o que parece inexplicável, mas não é, é o fato de que a nova legislação¹ excluiu as trabalhadoras domésticas diaristas do seu escopo, criando a “brecha” necessária para que diante da mudança, nada mudasse. A queda no número de mensalistas e o aumento da condição de diaristas, expressa a manutenção das condições legais para que a precarização do trabalho das domésticas permanecesse. E isso revela mais do que os arranjos políticos que parcializaram uma conquista histórica. Na sua essência está a divisão social, sexual e racial do trabalho do capitalismo dependente brasileiro e suas tendências histórico-estruturais.

Desde o pós-abolição, engendrado com absoluta negação de direitos aos ex-escravizados e com a transição a uma sociedade capitalista dependente, o TDR continuou a refletir as nuances da dominação e exploração criadas pela organização escravista do trabalho. Atravessam as relações entre empregadores e empregadas todo um arsenal de opressão e subordinação, aberto ou velado, que mistifica as relações de superexploração. O capitalismo dependente, assentado

nas relações econômicas e políticas extremamente desiguais, criadas pelo escravismo colonial, só pode existir por meio da superexploração da força de trabalho, e esta requer mecanismos de dominação racistas e sexistas (Souza, 2020). Marini (2012) indica que a superexploração, como mecanismo de rebaixamento do valor da força de trabalho, com a compressão dos salários, intensificação do trabalho e extensão das jornadas, resulta na remuneração abaixo do necessário e coloca contradições sui generis ao capitalismo dependente. Diante delas, acessar o mercado serviços necessários à reprodução, como restaurantes, lavanderias, espaços de cuidado com crianças e idosos etc. é inviável para grande parte da classe trabalhadora dada a compressão dos salários.

E sob a dinâmica patriarcal, quando as mulheres que realizam o trabalho doméstico não remunerado adentram o mercado de trabalho, é necessário inserir alguém em seus lares para garantir a execução das tarefas inerentes à reprodução da força de trabalho (Gonzalez, 2020). Necessidade que reflete a inexistência de serviços públicos, de políticas de proteção social e a dispensa do Estado dependente de atuar na garantia da adequada reprodução do conjunto da classe trabalhadora (Osório, 2014; Oliveira, 2021). E é na grande massa de força de trabalho feminina, majoritariamente negra, despojada de meios de vida pelas desigualdades históricas, que se encontra a solução para as contradições do capitalismo dependente.

Diante dessa dinâmica, que contorna parte das contradições resultantes da superexploração, entendemos que o TDR expressa o que é o capitalismo depen-

dente na sua essência. Longe de ser um resquício da escravidão, como muitas vezes é apontado, o TDR revela a essência de uma sociedade capitalista subordinada ao mercado mundial, que impõe a superexploração da força de trabalho, o monopólio da terra, da riqueza e do poder e lega consequências brutais para a classe trabalhadora - de modo singular para a sua parcela negra e feminina.

Passados dez anos de aprovação da “PEC das domésticas”, nos confrontamos com uma realidade na qual as mudanças legais não alteraram positivamente as condições reais de existência, nem refletem os anseios e lutas históricas. Chegar ao cerne das contradições que impossibilitam transformações reais e reforçam a subordinação e superexploração das mulheres, em particular as negras, na sociedade brasileira é fundamental. Parafraseando Angela Davis, não alterar a situação das trabalhadoras negras em relação à conquista dos seus direitos é não permitir,

Passados dez anos da “PEC das domésticas”, as mudanças legais não alteraram as condições precárias de trabalho.



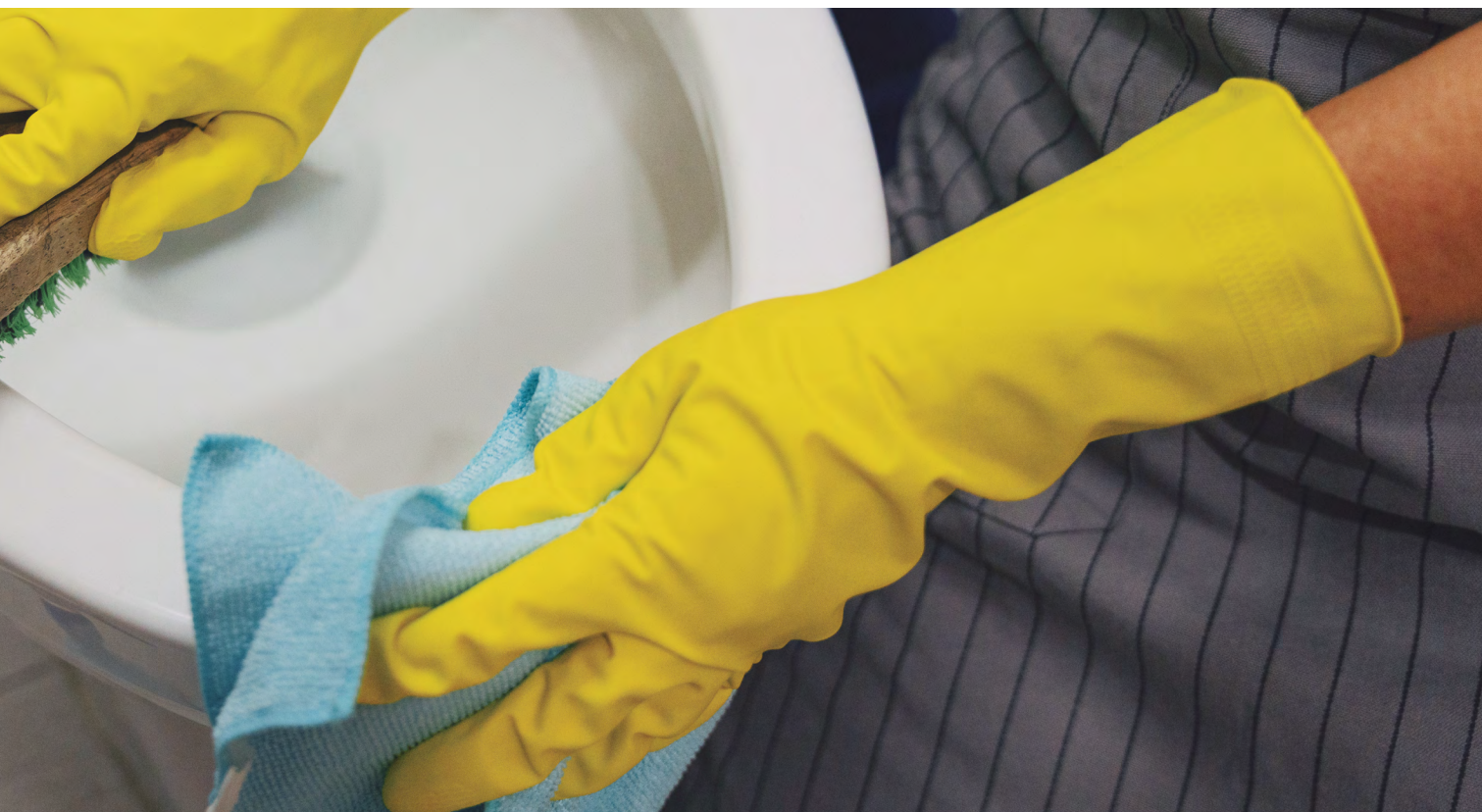
© theshots.contributor/DepositPhotos

também, que o conjunto da classe trabalhadora trilhe sua caminhada pela emancipação. É preciso que a análise da situação das trabalhadoras domésticas se assente numa perspectiva de totalidade, mediada pela situação do conjunto da classe trabalhadora diante do capitalismo dependente, para chegar à sua raiz. Radicalidade que coloca à práxis política da classe trabalhadora, diante das suas heterogeneidades e contradições, a urgência e inevitabilidade de reconhecer e pautar as condições de vida e trabalho das trabalhadoras domésticas. Essa é uma mediação fundamental na articulação política contra o capital, seu modo de produção e suas formas ideológicas racistas e patriarcais. ■

1 A Lei Complementar 150/2015, no artigo 1º define: "Empregado doméstico é aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana" (Brasil, 2015).

Referências

- Dieese. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. Estudos & pesquisas, n. 106, abr. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesqui-format=pdf&lang=pt>
- González, Lélia. Por um Feminismo Afro-latino-Americano. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.
- Hirata, Helena; Kergoat, Danièle. "Novas configurações da divisão sexual do trabalho". Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGD-vFqRmdsBWQ/?lang=pt>
- Oliveira, Dennis de. Racismo estrutural: uma perspectiva Histórico Crítica. São Paulo: Dandara Editora, 2021.
- Osorio, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- Souza, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.
- _____. "A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente". Revista Serviço Social e Sociedade, v. 146, n. 1, jan-abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4X-C6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?>



DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA EVIDENCIAM RACISMO ESTRUTURAL



Luciana Araújo

Jornalista. Integrante do conselho da FLCMF, fundadora do PSOL e ativista do movimento feminista negro

Romper com a compreensão cartesiana do marxismo é uma urgência para enfrentar a reorganização ultraliberal do capital e recuperar a possibilidade de emancipar o conjunto da classe, aprisionada à superexploração e opressão de mulheres e homens negros como fundamentos da hierarquização de vidas e da produção de mais-valor.

No interior dos marxismos muito se tem debatido sobre o caráter estrutural do racismo para o capital ou sobre a supremacia da condição de classe em relação às condições de gênero e raça, criando polêmicas que se afastam do que afirmou o próprio Marx. Superar uma visão compartimentada da classe trabalhadora e do processo da luta de classes é urgente, não só porque tal concepção é reflexo de influências pós-modernas que desprezam o caráter sistêmico do modo de produção, mas porque apartar a classe de sua condição de gênero e raça é uma ideologia produzida pelo racismo patriarcal para dividir os trabalhadores e derrotá-los. Como lembrou o velho Marx, “o trabalhador branco não pode emancipar-se onde se ferreteia o trabalhador negro” (1971, p. 343).

O fundador da teoria da luta de classes como motor da sociedade explica de forma nítida a acumula-

ção capitalista sobre a base do extermínio de forças produtivas e do racismo. “As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva”, sintetizou Marx (idem, p. 868).

A compreensão dessas relações e do acionamento das condições de gênero e raça como instrumento de ampliação da mais-valia é o objetivo deste artigo. Porque é essa compreensão que pode fortalecer a luta antirracista por emprego e trabalho decentes, condição *sine qua non* para a emancipação do conjunto da classe trabalhadora, e aprimorar nos-

so debate político sobre os desafios postos no campo da reversão dos ataques aos direitos do trabalho para o governo Lula 3 – que ajudamos a eleger com a tarefa de reconstruir o país. Embora, Como disse ainda durante a campanha o atual ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, professor Silvio Almeida, a verdadeira necessidade é “construir um Brasil que nunca existiu”, especialmente para a população negra.

Absorver os conhecimentos e tecnologias de sobrevivência dos povos originários e também aqueles saberes herdados pela população negra oriundos da cosmovisão africana pré-colonial pode nos dar chaves importantes para abrir esses caminhos.

A racialização do trabalho e do desemprego

Passados 135 anos da chamada abolição da escravatura, a população negra permanece concentrada nos

Estimativa de ocupados, por raça/cor e sexo, segundo grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal • Brasil • 2º trimestre de 2022 (em%)

GRUPAMENTO DE ATIVIDADE PRINCIPAL	2º TRIMESTRE DE 2022				
	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres não negras	Homens não negros	Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	4,6	14,1	3,7	10,5	8,9
Indústria geral	9,6	14,4	10,9	15,6	12,9
Construção	0,5	14,8	1,0	10,2	7,6
Comércio, reparação de veículo automotores e motocicletas	19,2	19,5	18,5	19,7	19,3
Transporte, armazenagem e correio	1,3	8,0	1,4	8,2	5,2
Alojamento e alimentação	8,2	4,6	6,4	3,6	5,5
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	9,0	9,5	14,3	15,5	11,9
Administração pública, defesa e seguridade social	4,2	5,4	5,5	5,5	5,2
Educação, saúde humana e serviços sociais	19,7	4,8	22,6	6,4	12,2
Outros Serviços	7,1	3,9	6,8	3,9	5,2
Serviços domésticos	16,4	1,0	8,8	0,7	6,0
Atividades mal definidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PnadC • Elaboração: DIEESE • Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Branco + Amarelos + Indígenas

postos de trabalho considerados de menor qualificação (o que implica os menores salários e condições mais precárias de contratação), e isso não é uma falha do capitalismo brasileiro, mas sim um produto de seu funcionamento perfeito.

No contexto das celebrações do Dia da Consciência Negra, em 2022, o Dieese publicou o estudo “A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho” (Dieese, 2022). No segundo trimestre daquele ano, negras e negros eram maioria entre os trabalhadores que tinham como atividade principal construção ou a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

Nos serviços domésticos, as mulheres negras são maioria absoluta. Em números absolutos, 65% da categoria, e na estratificação das ocupações elas representam 16,4% contra 8,8% de mulheres não negras, 1% de homens negros e 0,7% de homens

não negros. Na época do estudo, entre as mulheres negras ocupadas, 12,6% eram trabalhadoras domésticas sem carteira assinada. Embora o direito ao registro profissional esteja assegurado em lei desde 2015, apenas 3,7% da parcela feminina da categoria estava registrada.

Nas áreas de transporte, armazenagem e correio, a participação de mulheres negras e não negras, assim como a de homens negros e homens não negros estava mais equilibrada no período analisado (1,3% e 1,4% para mulheres; 8% e 8,2% para homens, respectivamente).

Somente nas atividades de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas as estimativas de ocupados por grupamento de atividade se aproximavam no período avaliado (19,2% de mulheres negras; 18,2% de mulheres brancas; 19,5% de homens negros e 19,7% de homens não negros). A leve maioria de mulheres negras foi puxada pela ocupa-

ção de postos no comércio, que não é considerada uma área de trabalho qualificado tecnicamente.

Na grande área da educação, saúde humana e serviços sociais (tarefas de cuidados), apesar da forte participação na Enfermagem, por exemplo, e no sistema educacional de nível básico e fundamental, a participação de mulheres negras ainda era inferior à de mulheres não negras (19,7% contra 22,6%). Diferença similar era verificada entre os percentuais de ocupação de homens negros e não negros (4,8% e 6,4%, respectivamente) no período avaliado.

Já no trabalho análogo à escravidão, 92%¹ das pessoas libertadas em 2022 eram negras, informou o Ministério do Trabalho e Emprego. Enquanto na outra ponta da escala trabalhista, nos cargos públicos de juiz de Direito ou juiz federal, por exemplo, em 2018 somente 18,1% se autodeclararam pretos ou pardos, de acordo com o Conselho Na-

cional de Justiça (CNJ). Na Suprema Corte não há nenhum negro, e a demanda por enegrecimento do STF não se confunde com aspiração de ascensão social, mas com a exigência de que o judiciário não continue sendo o principal agente produtor do Estado penal que alçou o Brasil a terceira população carcerária do planeta (67,2% negra, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020).

A estratificação das grandes áreas ocupacionais analisada historicamente evidencia que a mobilidade socioeconômica negra é uma ilusão no capitalismo, visto que a realidade discriminatória se mantém desde os tempos do expansionismo colonialista imperialista escravocrata.

Em 1982, Angela Davis destacava no clássico *Mulheres, Raça e Classe* (traduzido e comercializado no Brasil pela Boitempo Editorial somente a partir de 2016) que “pro-

porcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão” (p. 17).

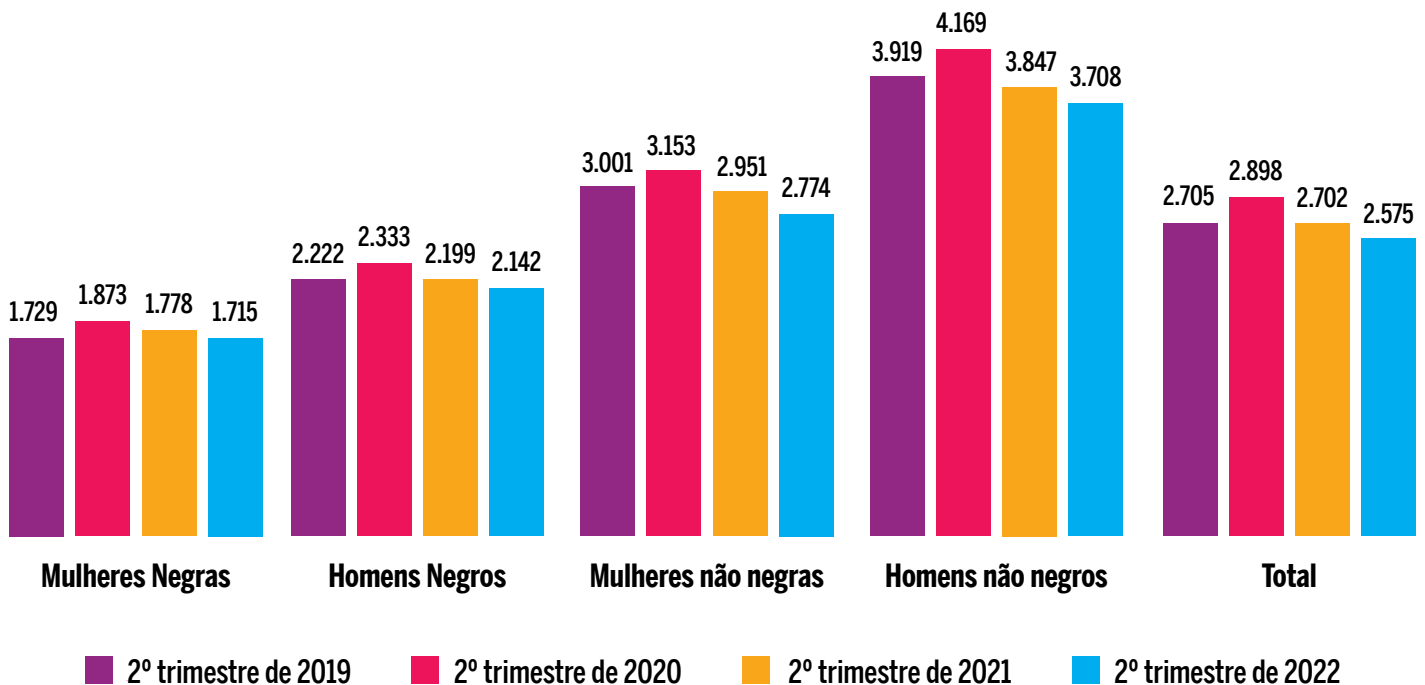
Mas já em 1949, a ativista feminista marxista Claudia Jones debatia com o Partido Comunista estadunidense que “uma campanha para conseguir empregos para mulheres negras aqui seria, portanto, um grande avanço para a luta global por empregos para homens e mulheres negros. Além disso, teria um efeito eficaz em expor a hipocrisia do programa de “Direitos Civis” da administração Truman. Uma luta intensa também terá que ser feita contra a prática crescente do Serviço de Emprego dos Estados Unidos de encaminhar mulheres negras apenas para o serviço do-

méstico ou de cuidados pessoais, a despeito de suas qualificações para outros trabalhos” (Jones, 2017).

Os excertos permanecem atuais e aplicáveis ao Brasil de 2023. E o racismo brasileiro é tão sofisticado em seu projeto de genocídio da população negra que não “precisou” de leis que tipificassem juridicamente a segregação racial no pós-abolição para mantê-la. Toda a estrutura jurídico-política do capitalismo no país está organizada para tornar permanente o apartheid não formalizado. Por isso a população negra segue sobrerrepresentada em todos os índices de violações de direito e alijada do acesso ao exercício pleno dos direitos de cidadania (do que decorre a noção de “privilegio branco” pautada pelo movimento negro e a responsabilidade da parcela branca da classe trabalhadora antirracista em ser aliada efetiva da luta pela transformação dessa realidade).

Rendimento médio real mensal, por raça/cor e sexo no Brasil

• 2º trimestres de 2019, 2020, 2021 e 2022 (em reais)



Fonte: IBGE, PnadC • Elaboração: DIEESE • Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Branco + Amarelos + Indígenas

A condição racial como fonte de mais mais-valor

O mesmo estudo do Dieese citado anteriormente aponta que a trabalhadora negra recebeu no segundo trimestre de 2022 em média 1.715 reais (46,3% do homem não negro, que ganhou em média 3.708 reais). E o homem negro conseguiu receber apenas 58,8% do que o trabalhador não negro (2.142 reais).

A desigualdade salarial racial é outra perenidade do mercado de trabalho no país, e mesmo nos casos em que mulheres negras têm mais anos de escolaridade, esse cenário não muda e pressiona as condições de vida do conjunto da classe, evidenciando o manejo da condição racial como instrumento de extração de maior massa de mais-valia absoluta e relativa.

No governo Bolsonaro e com a pandemia, o padrão salarial racista piorou, com as mulheres negras chegando a receber em média apenas 44,62% dos rendimentos de um homem não negro em 2020. E pesou mais nas costas da classe trabalhadora negra o aumento da informalidade e da subocupação; associado à compressão dos rendimentos do trabalho, que no segundo trimestre de 2022 estavam em patamares inferiores ao mesmo período de 2019 – como produto da efetivação do emprego intermitente aprovado na reforma trabalhista do governo Michel Temer (Lei 13.467/2017) e do aumento do confisco salarial com a reforma previdenciária de Bolsonaro (Emenda Constitucional 103).

O Dieese apontava ainda que, naquele segundo trimestre de 2022, a proporção de subocupados (pessoas que gostariam de ter jornada maior e com disponibilidade para trabalhar mais se tiverem oportunidade) também foi maior entre afrodescendentes: 10% entre as negras ocupadas contra 6,7% das não negras, e 6,5% entre os negros ocupados contra 4% dos não negros.

Somados os desalentados ou que não procuraram trabalho no ano an-

terior à pesquisa por descrédito na possibilidade de conseguir um posto formal, mais os desocupados que ainda buscam emprego, tem-se a subutilização da força de trabalho, que, no segundo semestre de 2002, foi de 31,5% para mulheres negras contra 20,6% de não negras e 19,7% para homens negros contra 13% não negros.

Os dados corroboram o aforismo de Angela Davis de que gênero e raça informam classe, assim como a classe informa gênero e raça.

As muitas faces da necropolítica

O teórico camaronês Achille Mbembe cunhou o conceito de necropolítica para explicar a forma como o capitalismo gerencia a extração de valor e a busca pela contenção da queda tendencial das taxas de lucro por meio da política de morte, da definição pelo Estado de quem deve morrer e quem pode viver.

Durante a pandemia do novo coronavírus, sob um governo genocida de traços fascistas, se por um lado a crise sanitária chegou para todo mundo, a classe trabalhadora negra foi o alvo direto. Outro estudo do Dieese (2021), destacou que 71% dos desempregados ou desalentados eram negros e negras entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020 (6,4 de 8,9 milhões de homens e mulheres).

Mesmo com a economia saindo da lona após o advento das vacinas que Bolsonaro tentou evitar, os trabalhadores negros e negras mais uma vez foram deixados para trás. Ainda de acordo com o Dieese, ao menos 1,1 milhão de mulheres negras e 1,5 milhão de homens negros não conseguiram voltar à força de trabalho no pós pandemia. No segundo trimestre de 2021, enquanto a força de trabalho não negra já equivalia a 92% do total registrado no primeiro trimestre de 2020, entre os negros esse percentual foi de pouco menos de 59%.

Mas é preciso lembrar que o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, a pandemia e a política

genocida do governo Bolsonaro evidenciaram também a fragilidade dos programas de combate às desigualdades de gênero e raça dos governos Lula 1 e 2 e Dilma. A velocidade e impacto do desmonte dos direitos sociais no pós golpe jogou luz sobre a necessidade de políticas robustas de combate ao racismo estrutural e institucional brasileiro que viabilizem efetivamente aos trabalhadores negros e negras o acesso aos direitos conquistados pela classe. São necessárias políticas que rompam com a lógica histórica de hierarquização de vidas a partir do critério racial que marca o desenvolvimento do país que sequestrou o maior contingente de população no continente africano não só para explorar a força física, mas para expropriar conhecimentos, técnicas e expertises nas áreas de mineração, agricultura, construção e comércio que foram determinantes para as fases de acumulação e desenvolvimento do capitalismo em território nacional. ■

Referências:

- Davis, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Dieese. “A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho. Boletim Especial 20 de novembro Dia da Consciência Negra. 18 nov. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletim-PopulacaoNegra2022.html>
- _____. “Desigualdades entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia”. nov. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.html>
- Jones, Cláudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! Revista Estudos Feministas, v. 25, n. 3, set-dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1001>
- Marx, Karl. O Capital, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- Pauluze, Thaize. “Em 2022, mais de 2,5 mil pessoas foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil”. GloboNews, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/post/2023/01/24/em-2022-mais-de-25-mil-pessoas-foram-resgatadas-do-trabalho-analogo-a-escravidao-no-brasil.ghtml>

ONDE ESTÃO AS/OS TRABALHADORAS/ES TRANS?



Linda Brasil

Linda Brasil é uma mulher trans, deputada estadual (PSOL/SE) e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O Brasil é reconhecido como o país que, pelo 14º ano consecutivo, mais matou pessoas trans no mundo, segundo a ONG Transgender Europe (TGEU). Nesse cenário, a resposta para a pergunta no título deste artigo parece óbvia, mas na verdade é complexa e merece a nossa reflexão.

É sempre um enorme desafio refletir sobre qualquer tema que envolva a nossa vida enquanto pessoas trans e travestis, uma vez que estamos falando de uma população cuja existência é sempre questionada, quando não negada.

Ser chamada por nosso nome é quase sempre um desafio; usar um banheiro público torna-se um problema; ter um trabalho formal é quase impossível; ser expulsa de casa e não poder concluir os estudos é a regra; morrer até os 35 anos é a expectativa para a maioria de nós.

Se, por um lado, a transfobia e a negação de direitos têm sido impedimentos históricos ao acesso de pessoas trans e travestis ao mercado de trabalho; por outro, o desemprego é, sem dúvida, um dos maiores desafios em termos de garantia da nossa cidadania.

Transfobia e violência

Aproximadamente 2% da população brasileira é composta por pessoas trans. Essa é a estimativa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), já que há uma dificuldade de obter dados mais precisos, pois o Censo Demográfico Brasileiro não contempla informações direcionadas à população LGBTQIA+. Nosso desafio na formulação de políticas públicas já começa aí.

Também, de acordo com a Antra, em 2022, pelo menos 151 pessoas trans foram mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 de pessoas trans suicidadas. Nossas vidas importam? Houve ainda 142 violações de direitos humanos e os casos de impedimento de uso do banheiro foram os que mais tiveram destaque na última edição do Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, lançado em 27 de janeiro de 2023.

O dossiê fala na existência de uma epidemia de transfobia, operada pela necro-trans-política, ou seja, uma política de morte que articula a misoginia e transfobia enquanto política de Estado, o que teve grande centra-



lidade no governo do ex-presidente fascista. O *cistema* (cisgênero) nos impõe barreiras sociais e políticas, além de ciclos de violências que reduzem as possibilidades de acesso e de sobrevivência das pessoas trans, representando um impedimento real e concreto para que esse segmento da população brasileira desenvolva sua força de trabalho.

Ainda de acordo com a Antra, as mulheres trans e travestis são as mais atingidas pelo desemprego e são maioria na prostituição pela falta de oportunidade, especialmente as negras. Estima-se que 90% da população trans no Brasil esteja compulsoriamente na prostituição, sendo essa a sua maior fonte de renda e única possibilidade de subsistência.

Os dados da Antra mostram ainda que, em média, pessoas trans são expulsas de casa pelos pais aos 13 anos. A estimativa é de que a cada 48h uma pessoa trans seja

assassinada no país. As vítimas possuem uma idade média de 27,7 anos e a maioria esmagadora se encontra na prostituição: 70% dos assassinados são cometidos contra profissionais do sexo, sendo que 55% deles aconteceram nas ruas.

Já informações do Projeto Além do Arco-Íris/AfroReggae, apontam que apenas 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% não completaram o fundamental. Qual outro segmento da população brasileira apresenta dados socioeconômicos tão estarrecedores? E só piora.

Negação de direitos

Segundo o censo trans de 2022, realizado pela RedeTrans, 64,3% das pessoas trans foram expulsas da escola por não encontrarem acolhida e suporte para continuar os estudos. Nesse sentido, a política educacional para inclusão e permanên-

Deputada estadual transexual eleita, Dani Balbi, participa do Ato pela Visibilidade Trans e Travesti, em frente à Câmara Municipal, na Cinelândia

cia de estudantes trans nas escolas da rede pública é praticamente inexistente, e a política afirmativa nas universidades públicas ainda é irrisória, embora necessária.

Dados produzidos pelo Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mostram que apenas cinco universidades públicas destinam cotas para o ingresso de pessoas transexuais e travestis na graduação. São elas: Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal do

ABC (UFABC), e a Universidade do Estado do Amapá (Uepa).

Ainda assim, no período de 2020 a 2021, o número de vagas disponíveis para pessoas trans na graduação caiu de 478, em 2020, para 98, em 2021. Uma queda de quase 80%. Nas regiões sul e centro-oeste não foram identificadas políticas de ação afirmativa para o ingresso de pessoas trans na graduação.

Toda essa violência e preconceito sofridos pela população trans refletem diretamente na possibilidade de conseguir postos de trabalho.

Pessoas trans e travestis nos postos de trabalho

O desrespeito ao uso do nome social, o pronome utilizado de forma errada, a proibição de uso do banheiro em conformidade com a identidade de gênero, a estigmatização, a ridicularização, o silenciamento, e o assédio moral e sexual são exemplos de formas de opressão que excluem pessoas trans do acesso à cidadania e negam o direito à vida, à moradia, à saúde, à educação, e ao trabalho digno.

Tabela 1- Principal ocupação ou atividade remunerada por identidade de gênero

OCUPAÇÃO	TRAVESTI	MULHER TRANS	HOMEN TRANS	NÃO BINÁRIO	TOTAL
Profissional do sexo	46%	34%	0%	3%	27%
Cabeleireira (o)	4%	13%	1%	3%	8%
Vendedor(a)/atendente loja, lanchonete	1%	2%	9%	6%	4%
Analista Control Desk/ Telemarketing	3%	3%	9%	3%	4%
Ambulante	1%	2%	5%	8%	3%
Costureira(o)	2%	3%	1%	2%	2%
Caixa de lojas, supermercados	0%	2%	2%	2%	2%
Auxiliar de limpeza	1%	2%	1%	2%	1%
Auxiliar de cozinha	2%	1%	1%		1%
Arte visual	2%	1%	2%	3%	1%
Outras ocupações	36%	37%	69%	69%	46%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” - CEDEC, 2021.

O Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo, publicado em 2021 pelo Centro de Estudo de Cultura Contemporânea, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo, demonstra que mais da metade da população entrevistada (57%) não está preparada para o ingresso no mercado de trabalho.

O tipo mais comum de trabalho para pessoas trans e travestis é o informal ou autônomo, temporário e sem contrato. O popular “bico”, com registro de 72% de travestis e 62% de mulheres trans vivendo a instabilidade para a garantia do sustento.

Para se ter uma ideia de como a desigualdade de gênero também atinge as pessoas LGBTQIA+, os homens trans representam 49% dos ocupados em emprego formal com carteira de trabalho assinada. Do outro lado, destaca-se o percentual elevado de travestis (46%) e de mulheres trans (34%) que se declararam profissionais do sexo, acompanhantes e garotas de programa.

Essa é a principal variável sócio-ocupacional que distingue as identidades de gênero. No caso de homens trans, praticamente, inexistência de pessoas que se declaram profissionais do sexo e, dentre as não binárias, o índice foi de apenas 3%.

Ou seja, quanto mais marcadores sociais as pessoas trans e travestis têm, mais exclusões vão se criando e mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho vai acontecendo. Por isso, os dados evidenciam a natureza sistêmica, estrutural, e institucional da necro-trans-política e da transfobia em nossa sociedade.

A partir daí, inicia-se um ciclo de precarização da vida das pessoas trans que gera violência, adoecimento mental, invisibilidade e marginalização.

Eu sou uma mulher trans de 50 anos, sobrevivi à prostituição, consegui construir uma boa relação com a minha família, ingressei na Universidade Federal de Sergipe

aos 40 anos. Lá, com muita luta, me formei em Letras/Francês, depois recebi o título de mestra em Educação (PPGED/UFFS), e dei início a minha luta política por meio do movimento feminista. Em 2020, fui eleita a primeira vereadora trans de Aracaju e também a mais votada da cidade, e, agora em 2022, fui eleita deputada estadual, a primeira eleita pelo PSOL.

Tenho plena consciência de que a minha corpa, assim como a história de luta e de resistência, devem estar à serviço da luta coletiva do conjunto da classe trabalhadora, que inclui todas as pessoas LGBTQIA+. Por isso, estamos construindo uma mandata com mais de 80% de pessoas LGBTQIA+, das quais 14 são pessoas trans e não binárias. Queremos construir políticas para nós que sejam pensadas e formuladas por nós. Esse é um desafio.

Algumas iniciativas legislativas de parlamentares do PSOL, como Fábio Félix (PSOL/DF - PL 960/2020), Renata Souza (PSOL/RJ - PL 144/2021), e eu, Linda Brasil (PSOL/SE - PL 195/2021), propõem a reserva de vagas de emprego para pessoas trans e travestis nas empresas privadas que mantenham contrato ou convênio com o poder público, com o objetivo de estimular as empresas a contratarem pessoas trans, ampliando a inserção no mercado de trabalho como política de inclusão e reparação. Esse é o nosso esperar por um futuro.

Além disso, é preciso fortalecer as políticas públicas de educação básica e superior, de incentivo à qualificação profissional, de combate à violência, de respeito, de moradia e acesso à saúde pública. A população trans e travesti precisa estar inserida na luta de classe, inclusive as profissionais do sexo, na busca por trabalho, cidadania, dignidade e renda. Esse é o lugar em que devem estar as trabalhadoras e trabalhadores trans, porque a nossa existência já é por si só uma revolução! ■

A população trans e travesti precisa estar inserida na luta de classes, inclusive as profissionais do sexo, na busca por trabalho, cidadania, dignidade e renda.

TRABALHO ESCRAVO

A radicalidade do neoliberalismo e as consequências da superexploração do trabalho



Dennis de Oliveira

Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, jornalista, coordenador do CELACC (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação). Autor do livro *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica* (Editora Dandara, 2021). Coordenador da Rede Antirracista Quilombação.

Em fevereiro de 2023, mais de duzentos trabalhadores escravizados que prestavam serviços para vinícolas em Bento Gonçalves (RS) foram resgatados em uma operação que envolveu vários órgãos do poder público. Os trabalhadores foram contratados por uma empresa chamada Fenix Serviços Administrativos que prestava serviços para companhias vinícolas famosas do Sul do país, como a Aurora, Salton e Garibaldi.

Os trabalhadores encontravam-se em situação degradante: dormiam em alojamentos insalubres, recebiam alimentos estragados fornecidos pelo empregador e eram impedidos de sair do local. A esmagadora maioria deles era de origem nordestina e foram ao Rio Grande do Sul seduzidos por promessas de ganhos de até 3 mil reais. O esquema de escravidão era o conhecido truque de obrigá-los a comprar os itens de subsistência em um mercado próximo com preços superfaturados com os

custos “descontados” do salário. Assim, os trabalhadores ficavam sempre “devendo” ao empregador.

A Organização Não Governamental Repórter Brasil vem denunciando há mais de dez anos que marcas importantes no ramo da confecção de roupas ganham com o trabalho escravo de oficinas de costura que escravizam trabalhadores imigrantes, na sua maioria, latino-americanos, na cidade de São Paulo. Entre elas estão M Officer, Cori, Luigi Bertolli, Gregory, Zara, 775, Pernambuco, Brookfield, Renner. Em 2010, a Repórter Brasil denunciou que a empresa que venceu a licitação para produzir os coletes dos recenseadores do IBGE também utilizava o trabalho de escravizados.

O que chama a atenção em todos esses episódios é a estreita relação entre o escravismo como o ápice das condições bárbaras de trabalho e a sofisticação desse universo de consumo das grandes marcas de confecção ou de bebidas. Tal situação não é novidade no capitalismo.

Capitalismo e escravidão

Durante o século XIX, as indústrias têxteis britânicas, o coração do nascente capitalismo industrial, beneficiaram-se da matéria prima, o algodão, produzida nas fazendas escravagistas do sul dos Estados Unidos. Karl Marx, em carta enviada a Ferdinand Lassale, socialista alemão, em 29 de maio de 1861, escreve sobre a Guerra Civil dos EUA: “Toda a imprensa oficial da Inglaterra está, é claro, a favor dos escravocratas. Eles são os mesmos sujeitos que cansaram o mundo com a sua filantropia contra o tráfico de escravos [N.A. - inclusive com a pressão feita no Brasil que levou a proibição do tráfico com a lei Eusébio de Queiroz em 1850]. Mas o algodão, o algodão...”.

Acompanhando o desenrolar da guerra civil estadunidense de 1861-65 e, principalmente, o impacto dela na classe dominante britânica, Marx observou que a indústria têxtil britânica dependia do algodão produzido

Segundo o Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, entre 2003 e 2021, foram resgatados mais de 54.000 trabalhadores em condições análogas à escravidão no país

com mão de obra escravizada no Sul dos Estados Unidos, gerando o que o pensador alemão caracterizava como uma “dupla escravidão”, uma indireta e outra direta, sendo a primeira a do trabalhador branco do ramo têxtil na Inglaterra, e a segunda os escravizados negros nos Estados Unidos.

Essa articulação das duas formas de exploração de trabalho se conecta com o que o pensador peruano Aníbal Quijano aponta sobre o capitalismo como forma de organização global do trabalho. Segundo ele, as formas diversas de trabalho articulam-se sistemicamente e globalmente a partir do capitalismo e a raça, como “categoria mental da modernidade”, estabelece os critérios seletivos de participação nas formas diversas e hierarquizadas de trabalho.

Superexploração e neoliberalismo

Entretanto, nesses períodos históricos iniciais do capitalismo, o que se observa é que essa organização das diversas formas de trabalho está intimamente ligada às posições que os Estados-Nação ocupam dentro do sistema-mundo capitalista. Mais: a existência de relações desumanas de trabalho tenderiam, com o desenvolvimento das forças produtivas, a diminuir, e tais hierarquias se expressariam de outra forma que não necessariamente pelas normas de contratação de trabalho. Mas o fato do escravismo como mecanismo legal de relação de trabalho deixar de existir no Brasil, por exemplo, não significou que as relações de exploração de classe em um capitalismo periférico, como o brasileiro, sejam exatamente iguais às dos países capitalistas centrais.

Aqui entra a importância da Teoria Marxista da Dependência, de Ruy Mauro Marini, que conceitua capita-



© Ubirajara Machado/Operário da Imagem

lismo dependente como um sistema de superexploração do trabalho. O conceito de superexploração do trabalho se define como o pagamento da força de trabalho em valores inferiores ao mínimo necessário para a sua reprodução, gerando um contexto de aviltamento. Para tanto, é necessário que exista uma abundância de estoque de mão de obra disponível para possibilitar a manutenção desse caráter predatório da força de trabalho com a sua rápida substituição.

A superexploração do trabalho pode ser realizada de diversas formas, como por meio das contenções dos salários, extensões das jornadas de trabalho, redução de direitos, entre outras. Por isso, um projeto capitalista baseado no estar social e no fortalecimento de um mercado consumidor de massas como base para a reprodução do capital encontra enormes resistências na própria classe dominante brasileira, uma vez que a superexploração é a forma que o capitalismo se realiza no Brasil.

O golpe de 2016 que derrubou a então presidenta Dilma Rousseff foi um arranjo das classes dominantes para construir um novo arcabouço institucional que permitisse radicalizar esse contexto de superexploração. Duas reformas importantes foram aprovadas após o golpe: a trabalhista e a da previdência. As duas consolidaram

institucionalmente um processo de precarização das relações trabalhistas que já vinham num crescente desde os anos 1990. O mecanismo de superexploração encontrava na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) uma institucionalidade apropriada pela classe proletária como resistência, e cuja supressão se fez necessária para ampliar a superexploração. Daí que o capital esteja ampliando as suas possibilidades de construir formas de reprodução via a superexploração, como, por exemplo, via terceirização de atividades para empresas que chegam a utilizar mão de obra de escravizados, como foi o caso das vinícolas do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto importante é a presença do racismo e do preconceito como determinantes em relação a quem são as pessoas escravizadas nesses locais de trabalho, o que ficou evidente nas falas do vereador Sandro Fantinel, de Caxias do Sul, em suas manifestações racistas a respeito dos trabalhadores escravizados nas vinícolas.

A existência do trabalho escravo e todas as formas bárbaras de relações de trabalho são, portanto, o subproduto da radicalização do neoliberalismo principalmente nos países dependentes. A superexploração da mão de obra sobre a qual Marini escreve se radicaliza e amplia suas formas de expressão. ■

O MERCADO DE TRABALHO, OS TRABALHADORES E A PREVIDÊNCIA SOCIAL



Ana Izabel Jordão

Advogada, graduada pela Universidade Católica do Salvador – (UCSal), especialista em Direito Previdenciário (2010), integrante da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/BA, professora da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da Faculdade Baiana de Direito. Coordenadora Estadual do IBDP na Bahia.

© Mídia NINJA.



A Reforma Previdenciária realizada em novembro de 2019 afetou substancialmente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do país que passados pouco mais de três anos ainda se perguntam: “eu deveria ter me aposentado antes da Reforma”?; “e se eu falecer, qual proteção o sistema pode dar aos que dependem de mim?”; “se eu adoecer, terei meu sustento garantido pelo seguro social (INSS)?”.

Em 2023 o Brasil celebrou um século de existência da Previdência Social, criada em 24 de janeiro de 1923, quando foi sancionado o Decreto 4.682. O sistema foi criado para proteger exclusivamente

Apesar das diversas manifestações contrárias, a Reforma da Previdência foi aprovada em 31 de novembro de 2019

os trabalhadores de 27 estradas de ferro. Após 100 anos de alguns avanços e muitas reformas, a Previdência virou um gigante de abrangência nacional: é responsável pelo pagamento de 22,4 milhões de aposentadorias apenas no Regime Geral (que inclui trabalhadores da iniciativa privada e servidores não filiados a regimes próprios), com um desembolso anual superior a 478,7 bilhões de reais.

Desde a Constituição de 1988, a Previdência Social enfrentou pelo menos sete reformas. A principal justificativa para cada uma delas ao longo dos tempos tem sido superar dois desafios: o envelhecimento da população e o chamado déficit do sistema previdenciário.

Cumprir registrar que em 1945 o Brasil tinha apenas 200 mil aposentados. Segundo o último Boletim Estatístico da Previdência Social, o número de benefícios pagos em novembro de 2022 — incluindo aposentadorias, auxílios e pensões — superou os 37,5 milhões.

A explicação para esse crescimento exponencial está no envelhecimento dos brasileiros e brasileiras. Em 1923, quando a Previdência foi criada, as pessoas com mais de 60 anos eram apenas 4% do total da população. Hoje representam 15%. Há um século, o país tinha 13 pessoas em idade ativa para cada idoso. Em 2023, essa proporção é de 4 para 1.

O aumento do número de segurados tem um custo. De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social, o INSS desembolsou, em dezembro de 2006, 12,6 bilhões de reais em benefícios. Em dezembro de 2021, último dado disponível, a cifra saltou para 48,7 bilhões de reais.

As últimas mudanças no sistema previdenciário extinguiram por completo a histórica modalidade “Aposentadoria por Tempo de Contribuição”. Na Exposição de Motivos, de fevereiro de 2019, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que “a adoção das medidas é imprescindível para

evitar custos excessivos para as futuras gerações e comprometimento do pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões”.

O documento ainda afirma que: “a Previdência já consome mais da metade do orçamento da União, sobrando pouco espaço para a educação, a saúde, a infraestrutura e provocando uma expansão insustentável de nossa dívida e seus juros”. Haveria, assim, a necessidade de um “novo pacto” para poder executar os próprios objetivos traçados na Constituição.

O que houve efetivamente na reforma de 2019 foi uma tentativa de levar a cabo uma transformação que apontasse para uma ruptura, de modo que a nova previdência não guardasse mais uma relação com o modelo anterior. Essa repactuação, porém, foi proposta e aprovada e a conta está sendo paga mais uma vez pela classe trabalhadora que teve redução substancial do valor da renda mensal de benefícios, especialmente para a pensão por morte.

Estimativas sugerem que a última reforma pode gerar em longo prazo uma economia de até 156,1 bilhões de reais nas contas da previdência. O valor é 78,8% maior do que os 87,3 bilhões esperados para o período quando a proposta de emenda à Constituição que instituiu as mudanças (PEC 133/2019) foi aprovada pelo Congresso.

A referida reforma trouxe um grande impacto na vida do trabalhador, que além dos efeitos da precarização das relações trabalhistas já existentes, e do aumento de desemprego, tem que enfrentar a realidade de um sistema de seguridade social que o deixou desprotegido diante da morte e do adoecimento (impossibilidade de trabalhar) e prorrogou seu tão sonhado descanso, postergando a aposentadoria.

A precarização dos postos de trabalho, que tem avançado velozmente após a pandemia de covid-19. Fenômenos como a chamada “uberização”, presente em

Desde a Constituição de 1988, a Previdência Social enfrentou pelo menos sete reformas. A principal justificativa para cada uma delas ao longo dos tempos tem sido superar dois desafios: o envelhecimento da população e o chamado déficit do sistema previdenciário.



diversas categorias, tem provocado uma “exclusão previdenciária” no mundo do trabalho. Sem as garantias da previdência, cria-se um desequilíbrio na Seguridade Social (cujo tripé, definido pela Constituição Federal, é formado por saúde, previdência e assistência social), jogando, assim, para assistência social muitos trabalhadores informais que não conseguem se manter segurados pela previdência.

As Regras Transitórias no art. 19 da EC 103/2019 estabelece dois requisitos para aposentadoria: 62 anos de idade (mulheres), 65 (homem), com 15 anos de tempo de contribuição (mulheres), e 20 anos de tempo de contribuição (homem).

O tempo mínimo de contribuição foi estabelecido de forma transitória, ou seja, permite alterações posteriores por meio de lei complementar. Tal transitoriedade gera a necessidade de constante estado de alerta para que novas regras não venham a ser estabelecidas em detrimento dos trabalhadores.

A fórmula de cálculo da média salarial, prevista na EC 103/2019, é um dos pontos de maior impacto da reforma da Previdência, tanto para os segurados do RGPS quanto do RPPS. No curso dos debates da então PEC 06/2019, foram muitas as tentativas de manutenção do regramento anterior, porém a nova sistemática de cálculo sobreviveu no Congresso.

A sistemática de cálculo introduzida como regra transitória entrou em vigor não somente para os benefícios concedidos por essa regra, mas com aplicabilidade imediata também para as regras de transição e cálculo da aposentadoria por invalidez.

O argumento vencedor para a substancial alteração na regra de cálculo foi a “economia”. O novo mecanismo proporcionaria uma economia para os cofres públicos estimada em quase 190 bilhões em uma década – quase um quinto do impacto total da nova legislação pre-

videnciária. Para os futuros aposentados, por outro lado, causou uma perda de renda que pode passar de 10% em relação ao cálculo anterior, e para as aposentadorias por invalidez esse impacto foi ainda maior, causando uma redução de 40% dos rendimentos do trabalhador.

Pela nova regra, a conta da média salarial será feita com base em todos os salários de contribuição desde julho de 1994. O que deixará a média mais baixa do que se fosse calculada pelas regras anteriores, além de não computar as contribuições anteriores a 1994.

A fórmula de cálculo da média salarial implementada pela reforma da Previdência, na prática, reduz o valor do benefício dos trabalhadores que fizeram contribuições para o sistema e se programaram para aposentar, confiando na “percepção individual” de que as pessoas devem ter uma segurança mínima garantida pelo Estado que deve proteger sua legítima expectativa de planejar sua vida conforme o ordenamento vigente.

Nesse ponto convergem inúmeras críticas às regras dessa reforma. Sa-

Sabe-se que o Estado goza da confiança de seus governados, o que significa dizer que compete a ele, idealmente, assegurar minimamente a estabilização das regras de modo a garantir a pacificação social.



be-se que o Estado goza da confiança de seus governados, o que significa dizer que compete a ele, idealmente, assegurar minimamente a estabilização das regras de modo a garantir a pacificação social.

Não se pretende dizer que o Estado não possa propor mudanças nas normas jurídicas, em nome da estabilidade, mas sim que este, ao buscar adequar as normas às novas demandas da sociedade, proteja igualmente aqueles que, confiando na estabilidade das normas, não venha a ser prejudicado em decorrência das tais reformas. Ora, a excessiva flexibilidade das decisões estatais podem desestruturar a sociedade e o Estado.

Concluimos que a EC 103/2019 não trouxe regra de transição para o cálculo do valor do benefício, limitando-se a determinar a aplicação da regra geral, no caso a regra transitória prevista no art. 26. Com a aplicação dessa regra não vislumbramos a proteção da confiança de quem tem muitos anos de contribuição e pouca idade, prejudicando aquele que ingressou jovem no mercado de trabalho e contribui há

mais de 25 ou 30 anos e que planejou sua vida previdenciária.

Algumas dessas pessoas estavam a cinco ou dez anos da aposentadoria e mereciam respeito à confiança que depositaram, contemplando suas fundadas expectativas, mas tiveram seus planos adiados em 10 ou 15 anos.

No mínimo, em situações de transição, a EC 103/19 deveria ter proposto regras mais brandas para o cálculo do valor mensal dos benefícios para os segurados que já filiados ao sistema de previdência social na data de publicação da Emenda.

Portanto, sem a adoção de parâmetros de proporcionalidade claros, temos que a regra de transição adotada pela Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma da Previdência) é injusta e viola o princípio da proteção da confiança, um dos elementos da segurança jurídica, essencial no Estado Democrático de Direito, que possui dimensão tanto institucional como individual, constituindo-se direito e garantia fundamental (art. 60, § 4º, IV da Constituição). ■

O fim da aposentadoria por tempo de contribuição está entre os diversos direitos que a Reforma da Previdência tirou dos trabalhadores e trabalhadoras

HOJE O EPICENTRO É O MUNDO DO TRABALHO NAS RUAS



Joselicio Junior

jornalista, produtor cultural, mestrando em Mudança Social e Participação Política (EACH-USP), diretor Editorial da Dandara Editora, militante do movimento negro e editor-chefe da Revista Socialismo e Liberdade

Recebemos na sede da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco o professor Ruy Braga, professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e vice-diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), que vem se dedicando nos últimos anos a estudar o mundo do trabalho e particularmente as/os trabalhadoras mais precarizados, ou usando uma categoria do professor Braga, o precariado. Nesse encontro tivemos a oportunidade de dialogar sobre as profundas mudanças que o neoliberalismo vem impondo ao mundo do trabalho com o seu processo de mercantilização e os desafios de organização dessa classe trabalhadora que se desloca, significativamente, do chão das fábricas para as ruas. É um diagnóstico bastante relevante e que nos ajuda a pensar nossas

estratégias de atuação, inclusive de forma mais ampliada e não apenas nos espaços vistos como tradicionais da esquerda, diante de uma sociedade cada vez mais complexa. Vale muito a pena a leitura.

▪ **Joselicio Junior:** *O neoliberalismo vem nos impondo uma mudança significativa na organização dos modos de produção, na acumulação da riqueza e, conseqüentemente, na organização do próprio mundo do trabalho. Você poderia caracterizar um pouquinho para a gente quais são essas mudanças?*

▪ **Ruy Braga** Olha, Juninho, desde que o mundo do trabalho passou a ser estruturado por políticas e princípios neoliberais, a gente tem observado uma forte tendência daquilo que, grosseiramente, pode se chamar de mercantilização do trabalho. O que significa isso? Em última instância, é a transformação do



Ruy Braga: sociólogo brasileiro especializado em sociologia do trabalho. É professor no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP)

trada desses exércitos de reserva no mercado mundial de força de trabalho. Como é que se dá essa pressão que acompanha essa onda de globalização neoliberal? A partir do ataque ao pólo produtivo nacional do trabalho, à previdência pública, aos direitos trabalhistas, que serviam para impor limites a esse avanço da mercantilização sobre o corpo do trabalhador. O objetivo final é transformar, evidentemente, todo o tempo do trabalhador em tempo de trabalho para o capital. A forma como isso aparece do ponto de vista das políticas é basicamente por meio do ataque à representação, às formas organizativas dos trabalhadores de um lado, o ataque às formas protetivas do trabalho, por outro, como, por exemplo, direito trabalhista, direito previdenciário, direitos sociais, saúde, educação, tudo aquilo que impede a mercantilização da força de trabalho ou dificulta, ou bloqueia. Qual o impacto que o neoliberalismo tem sobre o mundo do trabalho? O impacto, na minha opinião, talvez seja, do ponto de vista conceitual, essa transformação da relação de troca de equivalentes entre trabalho e salário por uma relação de troca de não equivalentes, fundamentada na violência política que o Estado muitas vezes impõe, mas que também é uma violência das empresas, obrigando o trabalhador a vender sua mercadoria a preços irrisórios, ou seja, obrigando o trabalhador a se reproduzir em condições subnormais.

▪ **Joselicio Junior:** *O que você está nos dizendo é que houve basicamente uma quebra de contrato, digamos assim, de uma relação que foi pactuada durante um determinado ciclo, conhe-*

trabalho em uma mercadoria como outra qualquer, mas o trabalho é uma mercadoria muito especial. Por quê? Porque é indissociável do corpo do trabalhador. Então, existe uma questão de direito humano fundamental. Você não pode, por exemplo, alienar o seu corpo que não seja por uma certa duração regulamentada em contrato. Se essa duração se estende no tempo, você se transforma em um escravo e não mais em um trabalhador assalariado. O neoliberalismo mercantiliza essa relação a ponto de não haver mais essa distinção entre aquilo que seria o valor da mercadoria força de trabalho reconhecida em contrato, ou seja, a troca de equivalentes entre trabalho e salário. Isso tende a ser desafiado sistematicamente. Como percebemos isso? De várias maneiras. Por exemplo, uma maneira muito usual, muito

simples, é que o neoliberalismo não aceita nenhum tipo de obstáculo ao uso abusivo do trabalho. Então, as formas de representação, proteção, resistência da classe trabalhadora a esse avanço desmedido da mercantilização sobre o corpo do trabalhador são atacadas de todas as formas. Segundo dados da OIT, com exceção da Itália, todas as maiores 16 economias do mundo com mais de 50 milhões de habitantes tiveram a taxa de densidade sindical reduzida. Isso para patamares que são hoje em dia muito irrisórios do ponto de vista protetivo. Se você pega a partir dos anos 1990, em especial a partir da segunda metade, quando a China entra com mais força no mercado mundial após sua entrada na OMC, e também a Índia, você vai perceber que o valor da força de trabalho é pressionado no mundo todo, tendo em vista a en-

cido como fordismo. Pensando na posição do Brasil nessa divisão mundial do trabalho, o que alguns teóricos vão chamar de um capitalismo dependente que se consolida em sua transição do escravismo para o capitalismo moderno, digamos assim, em que já há uma pressão de um exército de reserva que achata e produz um processo de superexploração do trabalho. Qual o impacto disso? Se já há um achatamento mundial e uma realidade nacional que já é achatada, qual é o impacto dessa mudança do mundo do trabalho diante dessas características brasileiras?

- Ruy Braga O impacto é devastador. Do ponto de vista das hipóteses dentro da sociologia do trabalho, é muito interessante observar, caso se pretenda identificar tendências presentes que apontem para o futuro no mundo do trabalho, no caso brasileiro, ter sempre presente a questão do primeiro emprego, ou seja, quais são os setores que absorvem aquela massa entrante de jovens trabalhadores no mercado de

trabalho. O Brasil é um país grande, está passando pela sua transição demográfica, mas ainda tem uma massa de gente jovem entrando todo ano no mercado de trabalho. Mais de 1 milhão de jovens, seguramente. Quando você quer perceber quais são as tendências, é muito interessante você observar quais são os setores que absorvem prioritariamente essa massa de jovens entrantes. Nos anos 2000, estudei o setor de call center, que era o que mais absorvia jovens em seu primeiro emprego, sobretudo jovens mulheres negras. Ali as dinâmicas de racialização também tinham muita força, muita presença, associando-se à questão da exploração, expropriação. De qualquer maneira, o que era visível naquele período dos anos 2000, auge da produção de emprego da era Lula, entre outras coisas, é que havia emprego formal. Entrevistei muitas trabalhadoras que vinham de famílias, de empregadas domésticas ou de babás, e elas estavam transitando para o mercado formal em empresas de tecnologia multinacionais, ou seja, estavam recebendo algum tipo de qualificação. E elas, no início, pelo menos o ciclo do trabalhador que eu acabei descrevendo em alguns trabalhos, tinham uma postura progressista, entusiasmada, se mostravam otimistas em relação à sua própria trajetória sócio ocupacional. Muitas delas, por exemplo, ganhavam um salário mínimo, que era pouco, mas que servia para pagar a escola, a faculdade particular noturna. A própria jornada do setor de telemarketing permitia isso porque era uma jornada menor que a jornada tradicional. Então, o que se verificava era a promessa da cidadania salarial. O que é a cidadania salarial? É a combinação entre tra-

Segundo o IBGE, durante o quarto trimestre de 2022, o Brasil registrou o recorde de 38,6 milhões de trabalhadores informais

© Thomas_H_foto/Flickr



balho e direitos. Trabalho, trajetória, renda, dinheiro, progresso material e direitos: direito trabalhista, direito social, direitos humanos, direito previdenciário. E isso garante uma proteção àquele trabalhador. Então, a cidadania salarial no Brasil, sempre foi cumprida pela metade. Exatamente por isso que vocês chamam de superexploração do trabalho, ou seja, um enorme mercado informal em torno daquele núcleo formalizado, um pouco mais protegido. Mas no caso do Brasil, nunca foi assim. Por quê? Porque normalmente o que você tinha era combinação entre o trabalho protegido, formalizado e o trabalho informal desprotegido na mesma família, que era aquele exemplo do casal de trabalhadores em que ele era funcionário da indústria, tinha a carteira de trabalho e ela era trabalhadora doméstica, não tinha carteira de trabalho. Então eles avançavam juntos, coexistindo essas duas dimensões do mercado de trabalho formal e informal. Isso mostrava uma certa inserção nessa sociedade salarial, ou seja, vertebrado pela cidadania, pela cidadania salarial, junção entre trabalho e direitos. Isso se verificava com essa transição do emprego doméstico para o setor de call center, um emprego formal. Elas tinham acesso a qualificações, estavam fazendo uma faculdade particular, noturna, de baixa qualidade, mas estavam progredindo. No geral se aproximaram das políticas públicas dos governos Lula por conta dos financiamentos, do Prouni, por conta do apoio ao crédito consignado e assim por diante. Isso daí, a grosso modo, avança até a metade dos anos 2010, quando veio a crise de 2015-16, e verifica-se uma queda de mais de 7% do PIB e o desemprego dobra.

A informalidade cresce na medida em que você não consegue ficar desempregado por muito tempo. Ninguém é rico para ficar desempregado por muito tempo, tem que voltar para o mercado de alguma

forma. Se não tem emprego formal, você vai para a informalidade. A informalidade, tradicionalmente, tem esse comportamento de absorver aquela massa sobrando do mercado formal e, desde então, o mercado de trabalho brasileiro se especializou em reciclar empregos, ou seja, o emprego diretamente contratado vira emprego terceirizado, o emprego terceirizado vira emprego intermitente, o emprego intermitente vira emprego informal, com evidente impacto sobre a renda, sobre os rendimentos do trabalho, ou seja, é ladeira abaixo e as rendas se tornam cada dia mais inseguras e o rendimento se torna menor. Daí se vê o aumento das desigualdades entre as classes e intraclasses, tensões ligadas às fronteiras que dividem a classe trabalhadora e assim sucessivamente. Você estava perguntando sobre os efeitos do neoliberalismo.

“O desempregado precisa voltar para o mercado de alguma forma. Se não tem emprego formal, você vai para a informalidade.”

O que se observa é o desmanche do horizonte da sociedade salarial e o desaparecimento da cidadania salarial. Eu fiz uma pesquisa com um orientando, o Douglas, sobre os entregadores aqui na cidade de São Paulo. Para simplificar muito, porque há muitas dimensões, cito dois exemplos: os jovens entregadores são os que não conseguem ter acesso ao crédito, comprar uma moto, e precisam ou alugar a bike do Itaú ou comprar uma. Esses meninos que entram no mercado de trabalho hoje - a função das antigas operadoras de telemarketing - e eles não têm a menor perspectiva

de aposentadoria, menor expectativa de contribuição previdenciária. A trajetória agora é você fazer um pequeno pecúlio com a bike, o que é muito difícil. A molecada com quem eu conversei fazia metade do salário-mínimo líquido trabalhando 6 dias por semana.

▪ **Joselicio Junior:** *E tem um detalhe, talvez o mais perverso desse processo, que é a questão que você falou no início, dessa relação trabalho e direitos humanos, ou seja, o quanto você coloca o seu corpo à disposição. O Ifood fez, por exemplo, uma pesquisa criminosa considerando que os entregadores trabalham pouco, pois levaram em consideração somente o período da entrega.*

▪ **Ruy Braga** É claro que eles só contam a hora cheia, o que não quer dizer nada, você tem que contar o deslocamento, o tempo que você fica em espera...

▪ **Joselicio Junior:** *A outra perversidade é justamente o esforço físico.*

▪ **Ruy Braga** Claro, ninguém consegue manter isso por muito tempo.

▪ **Joselicio Junior:** *O trabalho de bicicleta diante do que são as cidades brasileiras é um esforço físico monumental. Então, remonta ao período escravocrata.*

▪ **Ruy Braga** É o que eu digo. São as antigas escravas de ganho que vão pra rua para fazer uma grana pra poder comprar sua alforria e mesmo quando compram a alforria, continuam tentando fazer uma grana para comprar alforria de outras pessoas. Ou seja, é uma situação muito crítica, e também por conta disso que você acabou de citar. Eles têm por objetivo fazer um pequeno pecúlio para dar entrada no financiamento de uma moto, que seria um primeiro nível de dignidade. E esse primeiro nível de dignidade gera aquilo que a gente observou quando está entrevistando os motoboys, eles se endividam para comprar o meio de produção. Se eles perderem o meio de produção, por alguma razão, eles não têm o ganha pão, mas fica a dí-

vida com o banco, que sempre sai ganhando. Isso cria uma psicologia mais conservadora, porque eles sabem que se a moto for roubada, estão no pior de todos os mundos. E isso faz com que esses discursos sobre lei e ordem, sobre “matar bandido” passem a ser aceitáveis quando antes não eram. Você percebe que existe uma lógica muito perversa de desconstrução da cidadania salarial, da associação entre trabalho e direitos. Há uma inclinação a aceitar um discurso de ódio, de violência e naturalizar esse discurso como sendo algo necessário, porque, do ponto de vista deles é.

- Joselicio Junior: *Um outro exemplo, fazendo um parêntese, considerando esse debate recente sobre a regulação das big techs (PL das Fake news). Vemos o quanto o que há de mais tecnológico no mundo se associa ao que há de mais conservador. Trazendo para o mundo do trabalho o que tem de mais perverso do ponto de vista da condição do trabalhador caminha junto com uma ideologia conservadora que produz uma certa racionalidade de normatização de determinados conceitos conservadores.*

- Ruy Braga Há o exemplo aplicativos de entrega que se vendem como startups, como empresas de tecnologia mediadoras de relações, facilitadoras. Só que, na verdade, elas fazem duas coisas: acumulam a partir da expropriação dos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores e, por outro lado, a expropriação do espaço público e dos direitos da cidadania, porque eles usam toda a infraestrutura urbana, eles ajudam a degradar a estrutura urbana, estão expropriando as ruas, os parques, as avenidas, os serviços. Quando o entregador se acidenta, quem é que vai [a seu socorro]? Os acidentes na cidade após esse espalhamento da economia de entrega mediada por aplicativo aumentaram exponencialmente. Quando o jovem da moto se acidenta é o Estado que paga. Ele vai ser atendido pelo Samu, que vai le-

vá-lo a um pronto socorro do SUS. Quem é que está se beneficiando dessa tragédia humana? As empresas. Elas não pagam nada por isso. Não aceitam regulação de nenhum tipo, sequer o que seria a coisa mais óbvia, a saber, o reconhecimento de são simplesmente empresas de entrega, ou seja, o vínculo de hipossuficiência entre o trabalhador e a empresa tem que ser reconhecido. É o mínimo. Mas não, não aceitam isso.

“Como o Facebook acumula? Vendendo nossos dados para empresas, para que possam fazer publicidade, por isso chamo de plataformas de publicidade.”

Outro exemplo são as redes sociais. Como o Facebook acumula? Basicamente vendendo os nossos dados para empresas, para que possam fazer publicidade, por isso que eu chamo de plataformas de publicidade. Agora, como acumulam os nossos dados, nossos gostos, nossas inclinações, nossas tendências? Como fazem para identificar o que a gente quer e o que a gente não quer? Através dos nossos likes. E a gente dá os nossos likes em cima do quê? Em cima de um exercício de pessoas que produz conteúdo para essas redes e praticamente não ganham nada com isso. Porque, para você monetizar, você precisa de muita gente envolvida e são poucos que realmente ganham dinheiro, a massa ganha muito pouco, ou seja, você está explorando uma massa de gente que produz os conteúdos para essas big tech, para essas empresas de tecnologia de comunicação digital acumularem bilhões, trilhões mundo afora à custa dessa miríade de gente to-

talmente precarizada. Os influencers, os youtubers e não sei o quê. Então, isso tudo tem que acabar. A gente tem que regular essas empresas porque, na verdade, isso é o que a gente pode chamar de regime de acumulação por expropriação. Não é nem a exploração econômica, é a expropriação política do trabalho, das cidades, do comum, de tudo aquilo que, digamos, não é mercantilizável, porque não foi produzido para ser vendido. O corpo das pessoas não foi produzido para ser vendido. O espaço da cidade não foi produzido para ser vendido. Ou seja, você tem um sistema, o neoliberalismo, que se apoia sobre a acumulação por expropriação.

- Joselicio Junior: *Você, durante muitos anos, se dedicou em construir uma categoria que pudesse dar conta de tentar identificar esse sujeito trabalhador a partir da ideia do precariado. Gostaria de perguntar: o que é o precariado hoje? Esse conceito dá conta dessa diversidade que tratamos aqui? Se não, quais são essas outras categorias? É o platformizado, é o sem direitos, é o trabalhador por conta própria? Porque a gente está falando aqui das plataformas, das big tech, mas tem uma massa de trabalhadores que estão ali em pequenos arranjos produtivos, como salão de cabeleireiro, comércios de bairro, pequenos serviços, camelôs, enfim, uma gama de trabalhadores que não estão amparados pela CLT, que não estão na formalidade. Como a gente categoriza isso e quais são as características de cada uma dessas possíveis categorias?*

- Ruy Braga A primeira questão é a definição do que vem a ser precariado. E a partir daí a gente começa a estabelecer as fronteiras entre o que é e o que não é. Enfim, isso tudo não é um exercício formal, mas é uma questão real. Quer seja do ponto de vista da composição, da formação da classe trabalhadora, quer seja do ponto de vista da própria composição do mercado de trabalho. Existem muitas definições de precariado, que variam



de acordo com o que se achar mais conveniente. Eu costumo dizer que o precariado é uma fração da classe trabalhadora, mas que acolhe também aqueles indivíduos e grupos que vêm, por exemplo, de setores médios em processo de proletarianização, ou seja, de decadência sócio ocupacional. Então, é um amálgama que poderíamos chamar de policlassista, pois acolhe diferentes setores de classe, mas, predominantemente, é uma fração da classe trabalhadora que transita, pendula permanentemente entre, por um lado, o aumento da exploração econômica, como, por exemplo, a substituição do trabalho diretamente contratado pelo trabalho terceirizado, o trabalho terceirizado pelo trabalho intermitente e assim sucessivamente. O aumento da exploração econômica de um lado num pólo e a ameaça permanente da expropriação política, de ou-

tro lado, ou seja, a perda dos seus direitos trabalhistas, previdenciários, sociais. Então, essas reformas neoliberais aumentam progressivamente a franja do precariado na economia, no mercado de trabalho e assim por diante. As pessoas que, por exemplo, não vão poder mais se aposentar, vão se aposentar mais tarde, trabalhando mais tempo em um mercado de trabalho como o brasileiro, no qual se você faz 40 anos, você está fora do mercado, isso significa que vai trabalhar por conta própria em condições absolutamente precárias de vida e de trabalho durante mais tempo. A sua renda vai ser mais insegura, o trabalho mais intermitente, assim sucessivamente. Então, tendo em vista essa definição, temos uma variedade que vai desde aquele emprego formal, mas muito explorado, como é o caso do trabalho terceirizado, do trabalho intermitente

Ruy Braga foi dirigente estudantil do Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual de Campinas e participou ativamente da União Nacional de Estudantes em 1992, durante o movimento Fora Collor

até o emprego informal, o trabalho por conta própria, formas de auto exploração do trabalho nas quais se coloca os filhos para trabalhar junto, os vendedores ambulantes, o pessoal que batalha na rua, a galera da entrega do aplicativo e assim sucessivamente. Todo esse conjunto heterogêneo de trabalhadores, na minha opinião, são parte do que é o precariado tomado, para usar uma linguagem marxiana, como algo para si próprio. Ou seja, a configuração objetiva do precariado. Esse amálgama fragmentado de grupos que estão o tempo todo pendulando, tendo em vista as características de uma sociedade capitalista periférica. Mas isso acontece também no centro, enfim, entre a exploração econômica e a expropriação política, eles estão o tempo todo fazendo essa trajetória. Qual é a característica atual? É que a expropriação política passa à frente. Ou seja, esses setores que estão na informalidade ganham monta por conta das características da economia, por conta

da expulsão, do ataque aos direitos, das políticas austerizadas, por conta desse conjunto de questões. E assim o pólo da exploração econômica vai ficando mais reduzido e restrito. Então, tendo em vista isso, eu diria: olha, mas quais são os setores que estão fora desse precariado? A maior parte, por exemplo, do funcionalismo público está fora. Aqueles setores mais qualificados da classe trabalhadora, os assalariados médios, que têm qualificações, têm acesso a benefícios, conseguem efetivamente ter melhores salários. Estão todos fora do precariado. O precariado é exatamente esse amálgama entre emprego informal, emprego terceirizado, emprego intermitente, entre emprego por conta própria. Todas essas atividades se situam naquela base alargada, cada vez mais ampla da pirâmide de renda do trabalho no Brasil. Então eu entendo que essa categoria, ela é importante basicamente para pensar o desdobramento, o efeito do neoliberalismo no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, na reconfiguração das identidades coletivas dos trabalhadores. Por quê? Porque o precariado traz um desafio que é como o trabalho organizado vai lidar com essa massa de gente.

▪ **Joselicio Junior:** *Eu acho que a gente conseguiu construir um bom diagnóstico e agora gostaria de pensar um pouco como isso nos afeta enquanto esquerda, enquanto ativistas militantes que lutam justamente por uma contraposição a essa lógica. Há uma parcela importante das formas de organização da esquerda ainda está presa a um modo de organização da sociedade que não existe mais ou que está em profunda transformação. Então, como construir esse encaixe? E quais são os desafios do debate sobre o sindicalismo, sobre*

Um estudo de 2022 da Fundação Arymax e B3 Social revelou que 60% dos trabalhadores informais no Brasil recorrem a “bicos” para sobreviver

© Tânia Rêgo/Agência Brasil



as formas de organização da classe trabalhadora? Quais são os principais desafios que estão colocados? Tanto para uma esquerda progressista como para uma esquerda revolucionária, digamos assim? Quais são os principais desafios para pensar, tendo em vista, inclusive, isso que você acabou de dizer sobre o alargamento do precariado, portanto, se não houver uma forma efetiva de contraposição isso tende a se aprofundar.

- Ruy Braga O grande desafio é saber como articular o trabalho organizado com o trabalho não organizado. Esse é o grande desafio. Isso não é fácil. Em primeiro lugar, é importante que se diga que, apesar das formas tradicionais de representação política da classe trabalhadora no mundo todo, e em especial no Brasil, terem perdido muita força com esses deslocamentos, com essas transformações do mundo do trabalho nos últimos 20, 30 anos, elas ainda são importantes. Então, esse é um primeiro elemento que a gente deve levar em consideração. Eu digo isso por várias razões. A primeira delas é porque em muitos lugares - é o caso de Portugal, por exemplo -, o movimento sindical ainda é atuante, tem um peso na sociedade. E ele se abre, desde que pressionado, às associações de trabalhadores precários e consegue, por exemplo, formar coalizões naquilo que eu costumo chamar de novas coalizões, absorver desafios, inovar. Inclusive ter vitórias eleitorais. Foi o caso, por exemplo, há alguns anos atrás quando o Bloco de Esquerda cresceu, muito por conta da formação dessas novas coalizões que se espalham pela sociedade. Mas também você tem países como os Estados Unidos, em que o fato de não existir um Partido dos Trabalhadores, o que poderia forçar os trabalhadores a se organizarem [mais nacionalmente], a se organizarem de forma muito localizada e fragmentada, muito ligada aos locais de trabalho, enfim, obrigatoriamente faz com que os trabalhadores optem pela criação de um

sindicato independente, um sindicato constituído por eles mesmos. Então, o trabalhador se vê obrigado a se organizar no local de trabalho, montar um comitê.

“O grande desafio é saber como articular o trabalho organizado com o trabalho não organizado. Esse é o grande desafio. Isso não é fácil.”

Isso tudo força os trabalhadores a criar sindicatos. No caso brasileiro, a gente continua tendo, a despeito dos ataques que o movimento sindical no país sofreu nos últimos anos, incluindo a reforma de novembro de 2017 que enfraquece o financiamento dos sindicatos e fragiliza muito a representação sindical, um sindicalismo importante objetivamente, porque ainda presta um serviço de suporte quando os trabalhadores são demitidos e entram na justiça. E por outro lado, o sindicalismo forma a base de governos como os de Lula, Dilma, que elaboram políticas públicas e assim sucessivamente, ou seja, é importante destacar isso, os sindicatos são importantes. Eles não são descartáveis, não são negligenciáveis, mas não são suficientes e não irão liderar o próximo período de lutas. É isso que precisa ficar claro. E são parte de uma sociedade que se transformou muito radicalmente. Eles são, digamos, parte de uma sociedade fordista cujo epicentro era o mundo do trabalho nas fábricas e hoje o epicentro é o mundo do trabalho nas ruas. Então, existe uma outra dinâmica, uma outra lógica, e é por isso que eu digo sobre estarmos atentos aos novos movimentos sociais urbanos que mobilizam os trabalhadores nos locais de mora-

dia, que defendem as comunidades onde os trabalhadores vivem e se reproduzem em um contexto de trabalho plataformizado, no qual o entregador não tem tempo para nada e roda quatorze horas por dia, seis dias por semana, o motorista de Uber idem. Onde ele vai efetivamente se socializar politicamente? Não é no local de trabalho que é a rua onde ele passa o tempo todo. É onde? É no WhatsApp e é na sua comunidade, no seu bairro. Então a gente tem que ser capaz de chegar nessa pessoa no bairro. Como fazer isso? Por meio da luta por moradia digna, algo fundamental hoje em dia na reconfiguração das identidades políticas dos trabalhadores. A luta por moradia digna toca o interesse do trabalhador naquilo que é a interface entre a mercantilização do trabalho, de um lado, a precarização e a utilização da terra urbana, por outro, que é o aluguel, por exemplo. Existe uma conexão entre tudo isso? Existe, por exemplo, a luta por educação pública, os cursinhos populares da periferia que mobilizam a juventude preta, pobre, periférica e que aponta um horizonte de progresso político, intelectual, social, de mobilidade, enfim, algo que muda potencialmente a vida deles e das próprias famílias, e isso tem um impacto no interior da comunidade. A luta do movimento dos trabalhadores sem direitos, amalgamando aí os camelôs de um lado, os entregadores, por outro, enfim, esses movimentos que, por exemplo, defendem os centros das cidades como espaços de reprodução e de trabalho, o que significa, entre outras coisas, fazer com que os centros urbanos se tornem mais seguros e onde esses trabalhadores possam efetivamente trabalhar e ganhar a sua renda a levar para suas comunidades, possam desenvolver seus pequenos negócios. Então, isso tudo o que eu estou chamando de politização dos territórios é o horizonte de intervenção desses setores precarizados. A

gente tem que entender que a forma como o capitalismo hoje funciona no Brasil e no mundo é basicamente por meio desse processo de expropriação política, o que implica um permanente ataque do Estado através, por exemplo, da violência policial nas comunidades onde os trabalhadores se reproduzem. Por quê? Porque ao atacar essas comunidades, ao fazer com que essas comunidades vivam e se reproduzam de forma segregada, em condições subnormais, ao cortar, por exemplo, os investimentos públicos nessas comunidades através das políticas de austericídios, você comprime artificial e politicamente o valor da força de trabalho, barateando-a. É exatamente essa força de trabalho a que vai ser oferecida a preço de banana para as plataformas.

▪ **Joselicio Junior:** *Quando não tem horizonte, você se sujeita a qualquer coisa. Um poucos antes de começar a entrevista falamos sobre o Clóvis Moura e parte disso que você tá dizendo ele já apontava: diante de um processo em que uma massa de trabalhadores tiveram dificuldade de entrar ou sequer passaram pela formalidade, é justamente a partir do associativismo, das formas culturais, na sua máxima extensão que eles se organizam. Nós estamos falando da religiosidade, do futebol de várzea, da escola de samba e outras inúmeras formas. O que você está trazendo é um debate que aponta para que, mais do que nunca, precisamos ter um olhar para essas formas de associação. Não é por acaso que um dos vetores do conservadorismo, é justamente uma forma muito eficiente de associativismo, de rede de proteção, que são as igrejas evangélicas. Então me parece que olhar para cultura e política, para o associativismo, para as formas pelas quais a classe se organiza, para além do local do trabalho, me parece ser um caminho essencial de organização da classe trabalhadora contemporânea.*

▪ **Ruy Braga** Testei essa hipótese em dois livros. Um sobre o precariado já foi lançado e trata-se

de um estudo sobre o Sul Global em países como Brasil e África do Sul. E mais recentemente sobre os Estados Unidos, pegando o Norte global e a ideia que vertebrava essas comparações e esses estudos de caso em essência, a ideia da hipótese do refazer-se da classe trabalhadora. O que estou pleiteando? Estou dizendo o seguinte, que o neoliberalismo e a crise da globalização neoliberal produziram, em combinação, uma desconstrução, um desfazer daquelas formas tradicionais de organização da classe trabalhadora no sentido mais fordista, mais focado, por exemplo, nos locais de trabalho, nos sindicatos, e nos partidos políticos, no sentido mais tradicional. Isso tudo colapsa, não é que desaparece completamente, mas perde centralidade política na medida em que se enfraquece muito, a gente pode dar os dados, quer seja de densidade sindical, quer seja de votação de partidos políticos operários, quando o mundo todo colapsa ao longo dessas décadas de hegemonia neoliberal. E, por outro lado, o que você tem é um processo de desconstrução, que é sempre um processo de reconstrução das identidades coletivas dos trabalhadores porque os trabalhadores são sujeitos ativos da sua própria história, eles não são objeto passivo.

▪ **Joselicio Junior:** *Me permite um parêntese, Ruy. Eu acho que a pandemia nos mostrou isso de forma muito latente, como a gente viu pipocar nas periferias formas de solidariedade. Tivemos aqui a experiência da cozinha solidária do MTST. Além das cozinhas, houveram inúmeras outras iniciativas boas de associativismo, de redes, de solidariedades extraordinárias. Então isso mostra uma exemplificação do que está nos dizendo.*

▪ **Ruy Braga** É que esse processo, ele está acontecendo por várias razões. Esse processo está acontecendo nas comunidades. É nas comunidades que você vai atuar



de fato, no sentido de tentar politizar esse processo de reconstrução. Se nós, como esquerda, como organizações, com partidos, como sindicatos e de movimentos, não formos capazes de disputar essas identidades coletivas, de construir conjuntamente essas identidades coletivas nas comunidades, quem vai construir, quem vai continuar construindo, reconstruindo, são as igrejas neopentecostais, porque elas estão a anos luz à frente das nossas iniciativas. A gente tem que ser capaz de nos aproximarmos propriamente desse processo de atuar conjuntamente com outros atores, enfim, no interior desse processo, porque não vai se dar no local de trabalho, não temos mais o sindicato como a ponta de lança da organização operária, em que todos os movimentos sociais convergem para a quadra do sindicato. Não existe mais essa realidade. Isso mudou, o mundo mudou e agora a gente tem que entender que vamos ter que disputar isso. É no Islam, nós vamos disputar

isso é no samba. Nós vamos disputar isso na cultura periférica. Nós vamos disputar isso é na igreja, na associação de bairro, na urbanização, na luta por moradia digna. Nós vamos disputar isso nas políticas públicas e também, evidentemente, no mundo do trabalho, politizando esses atores, trazendo o pessoal dos entregadores para próximo das nossas perspectivas. Enfim, construindo movimentos unificados de camelôs no país todo com uma perspectiva classista. São várias frentes. Eu costumo dar como exemplo de algo do qual eu faço parte que é a Rede Emancipa de Educação Popular porque trabalha com muitas identidades: juventude, movimento negro, precarizados, pessoas nas universidades. A perspectiva de você entrar na universidade é a partir desses, da combinação interseccional entre essas múltiplas identidades. Aí vamos de fato constituir um novo sujeito coletivo capaz de enfrentar o neoliberalismo e, se tudo der certo, superá-lo. ■

Setor informal no Brasil supera setor formal em quase 4 milhões de trabalhadores, segundo dados da Pnad Contínua

Dicas

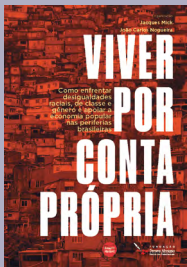
Nesta edição da revista Socialismo e Liberdade, nós da redação preparamos quatro dicas bacanas sobre o mundo do trabalho: dois livros, uma série e um documentário. Esperamos que gostem.

LITERATURA



EU, EMPREGADA DOMÉSTICA: **A senzala moderna é o** **quartinho da empregada** **Preta-Rara**

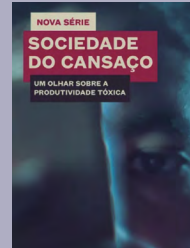
Organizado por Preta-Rara, rapper, historiadora, modelo e influenciadora digital, o livro traz um conjunto de relatos de empregadas domésticas que resolveram contar um pouco da sua história. Tudo começa com um desabafo da Preta-Rara em suas redes sobre as humilhações que sofreu como empregada doméstica que resultou em uma página no Facebook chamada “Eu, empregada doméstica”. Os relatos são marcantes e revelam os resquícios do escravismo. Livro essencial que humaniza e dá visibilidade para esses trabalhadores que lutam por dignidade e direitos.



VIVER POR CONTA PRÓPRIA: **Como enfrentar desigualdades raciais,** **de classe e gênero e apoiar a economia** **popular nas periferias brasileiras** **Fundação Perseu Abramo**

O livro é resultado de uma pesquisa realizada pelo núcleo da Fundação Perseu Abramo denominado Reconexão Periferias e representa um importante esforço de compreensão do trabalho informal e por conta própria como um fenômeno histórico e estrutural do desenvolvimento brasileiro. Há uma abordagem considerando as desigualdades determinantes de gênero e raça. Debate fenômenos da realidade brasileira que caracterizam a economia, a sociedade e o próprio papel do Estado, trazendo novas categorias de análise que considerem a dinâmica de inserções no mundo do trabalho. A publicação também traz dados e a escuta de trabalhadores e trabalhadoras informais por conta própria sobre suas condições e formas de organização. O livro está disponível gratuitamente no site da Fundação Perseu Abramo.

SÉRIE



SOCIEDADE **DO CANSAÇO**

Sociedade do Cansaço é uma série documental que investiga como nossa sociedade atual, movida pelo desempenho e produtividade constantes, vem a engatilhar desamparos mentais e físicos na população. O primeiro episódio é dedicado ao mundo do trabalho e traz depoimentos muito marcantes. A série é baseada no livro de nome homônimo escrito pelo filósofo e ensaísta sul-coreano Byung-Chul Han. A série está disponível na plataforma Globoplay

VIDAS ENTREGUES

Vidas Entregues é um curta-metragem documental. O tema é sobre os entregadores de aplicativos de comida (iFood, Rappi, Uber) que trabalham de bicicleta. O objetivo do filme é trazer à tona o debate sobre a precarização das condições de trabalho, baixíssimos salários e a ausência de direitos trabalhistas e sociais. Além de desromantizar o desemprego e a necessidade absoluta, verdadeiros responsáveis por empurrar milhares de pessoas para trabalhar em aplicativos sob o eufemismo do empreendedorismo. O documentário está disponível para ser assistido no Youtube.



Edson Luiz

Graduado em Administração de Empresas escritor e rapper, membro da coordenação estadual no MTST-SP e liderança do Movimento Negro Raiz da Liberdade



Depoimento de um sem teto

Da licença pra chegar,
sou do lado de Mauá,
não sei nem se vou pro
céu, mas ocupo a Oziel

Se liga no recado enquanto
conversamos tem outra ocupa-
ção em curso no centro urbano

O aluguel está caro vale um
dinheiro e o pobre sem re-
curso no país inteiro

O Estado apresen-
ta a modernidade

Preto pobre na favela bran-
co rico na cidade terra de
ninguém estilo Babilônia

Ao invés de ir pra frente
voltamos ao Brasil colônia

Vou humilde pra luta são
vários patamares tipo
o primeiro acampado
Zumbi dos Palmares

Muita treta com o estado cheio
de intriga pelo seu acam-
pamento serra da Barriga

Deixou exemplo de vida que a
luta não para seguimos os seus
passos e o da negra Dandara

O Brasil é embaçado desde o
começo a casa grande vaci-
lou e a gente paga o preço

É muita treta o que aconte-
ce na nação desde o navio
negreiro pura repressão

O coro comia feio ainda não
tinha alforria nas melhores
jornadas 18 horas por dia

Trabalhando duro nas
edificações, construindo
estradas ou nas plantações

O capitalismo deixou seu
legado, mas nenhum bene-
fício ao serviço prestado.

Povo bom o católico estava
no apogeu traficando escra-
vos tudo em nome de Deus

10 por cento da carga final
bem romântico milhares vidas
sepultadas no Atlântico

O Estado foi preciso com
sua ideologia branquear o
Brasil salve, salve Eugenia.

E a Lei das Terras definitiva-
mente consagra o estrangeiro
em detrimento da gente

O regente D. João fez um
povo feliz saudações estran-
geiros sem-terra aqui no país

A medida buscou estimular
o imigrante pode vir com a
família que aqui tem bastante

Vem Itália, Alemanha, Áustria,
Portugal vem Polônia, vêm
os Russos a festa é geral

Deixa tudo comigo, mas se
toma cuidado tem um povo
africano que não foi convidado

E na república que a coisa
melhorou Marechal Deo-
doro tipo escancarou

Vieram mais espanhóis, Sírios,
Libaneses vieram turcos
também e depois os ingleses

Década de 40 movimento
nos portos navios japone-
ses diferente dos nossos

Tratamento carinhoso ao
povo estrangeiro apoio
oficial, subsídio, dinheiro

Vou fazer um pedido para
alguém acabar com genocídio
dos índios Guarany Kaióá

Ainda têm entendidos que não
enxergam e sabota nossa legi-
timidade nos direitos das cotas

Medida antipopular pra
coibir...mas o movimen-
to urbano... vai resistir

Hoje estou de boa na
ocupação ganhei até uns
livros tipo doação

De um tal de Príncipe meio
embaçado Maquiavel e umas
fitas la do seu reinado

Livro interessante li
tudo de novo o povo é
quem conhece o rei

E rei é quem conhece o povo

Deu pra ver que o prínci-
pe não é bobo não pra ele
ninguém invade e ocupação

Mas aqui o coxinha late eu
começo a rir diz que seu
terreno ninguém vai invadir

E diz também que a inva-
são não é legal e prejudica
a política habitacional

Acho que não leu a consti-
tuição que prevê ao ter-
reno ocioso a ocupação

Que nos permite torna
legal Zona Especial de
Interesse Social (ZEIS).

É tudo nosso e nesse caso
vamos em frente conciliar a
moradia e o meio ambiente

Porque ele não vai man-
dar cercar o clube ofi-
cial da polícia militar

Tem várias concessões de uso
irregular no centro da cidade
e ninguém vai embaçar

Eldorado Center norte
Continental protegidos do
sistema e com aval Apama-
gis, Itaú, Bradesco.

Estão no céu. O que dizer da
Casa de Cultura de Israel?

O coxinha não enxerga um
pouco da verdade estão sem
coerência sem legitimidade

Faça uma reflexão seja
onde for e conte a todo
mundo quem é o invasor

Nossa luta é pra valer vamos
incomodar e enquanto houver
espaço vamos ocupar

Tinha um outro livro meio
inusitado, mas não deu pra
ler porque estava rasgado. Do
homem mais rico do mundo
Esteve Jobs e a festa da uva
nos números da Forbes

Alguma coisa assim para que
compreenda 1% dos mais
ricos com a metade da renda

É só trabalhar não seja va-
gabundo as oportunidades
são iguais pra todo mundo

O social no capital as car-
tas são marcadas tira o
micro deixa o macro e
você não leva nada.

Quando instaura a crise
há cortes no orçamento e a
saída que o governo ofere-
ce gera mais sofrimento

O pobre toda vez paga o con-
fisco. O estado abre as pernas
refém das agências de risco

Corte de bilhões é o ajus-
te fiscal solução da cri-
se financeira e social

Eu tenho uma sugestão a
estes solavancos taxaço de
fortunas e o lucro dos bancos

A solução é evidente o tempo
inteiro ao invés do bolsa
família tire do bolsa banqueiro

Em relação a dívida o Brasil
queria que ao menos uma
vez tivesse auditoria

Para ver a podridão tudo
ilegal, juros sobre ju-
ros é inconstitucional

O governo se intimida prefere
a covardia as isenções bilio-
nárias refletem a hipocrisia

Como eu queria ter in-
fluência e tal pra comprar
títulos do tesouro nacional

Pensei até no caso será que
é pra mim será que um sem
teto pode pensar assim

O oprimido luta por reco-
nhecimento justiça, paz,
amor, desenvolvimento.

Assim que tem que ser vamos
em busca da meta a luta é
pra valer e a vitória é certa

Valeu pela ideia, desculpe
alguma perda porta é do outro
lado e a saída é pela esquerda

FIM



NAPE

Núcleo de Análises, Pesquisas e Estudos da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Núcleo de Análises, Pesquisas e Estudos da FLCMF



O **NAPE** é um espaço dinâmico e proativo dedicado à análise de questões relevantes para a sociedade, **com foco em democracia, direitos, desigualdade e o partido PSOL.**



Com pesquisas importantes para a militância de esquerda,

o NAPE é uma força ativa, comprometido com a transformação social, além de ser um ambiente de debate, construção de conhecimento e fortalecimento do PSOL.



R. Silvio Sacramento, 146 - Pinheiros
São Paulo - SP, 05408-040



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO**
PSOL

Gratuito

CURSO:
História do
Brasil

a Partir das Lutas Sociais

- A historiografia vista pelos de baixo -



ACESSE:

plataforma.laurocampos.org.br



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL



ECOLOGIA SEM LUTA DE CLASSES É JARDI NA GEM

CHICO MENDES

JATOBÁ

Revista socioambiental da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL

